

Relatório de Gestão
Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal
em Alagoas

SUMÁRIO

| | | |
|-----|--|----|
| 1. | Identificação | 02 |
| 2. | Objetivos e Metas institucionais e/ou programático..... | 02 |
| 3. | Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos..... | 48 |
| 4. | Restos a Pagar de Exercícios Anteriores..... | 48 |
| 5. | Demonstrativo de Transferências (recebidas e realizadas) no Exercício... | 48 |
| 6. | Previdência Complementar Patrocinada | 49 |
| 7. | Instituições Beneficiadas por Renúncia Fiscal | 49 |
| 8. | Renúncia Tributária | 49 |
| 9. | Declaração sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia.... | 49 |
| 10. | Operação de fundos..... | 50 |
| 11. | Despesas com Cartão de Crédito | 50 |
| 12. | Recomendações do órgão ou Unidade de Controle Interno..... | 50 |
| 13. | Determinações e recomendações do TCU..... | 53 |
| 14. | Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício | 54 |
| 15. | Dispensas de instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado..... | 54 |
| 16. | Informações sobre a composição dos recursos humanos..... | 55 |
| 17. | Outras informações consideradas relevantes para avaliação da conformidade do desempenho da gestão..... | 56 |
| 18. | Conteúdos específicos por UG ou grupo de unidades afins..... | 56 |
| 19. | ANEXO I – Declaração do Contador responsável pela UJ | 57 |
| 20. | ANEXO II – Demonstrativo de despesas de natureza sigilosa | 58 |

1. Identificação

Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

| | | |
|---|---|---------------|
| Nome completo da unidade e sigla | Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Alagoas. | |
| CNPJ | 00.394.494/0020-07 | |
| Natureza jurídica | Órgão da administração direta do Poder Executivo | |
| Vinculação ministerial | Ministério da Justiça | |
| Endereço completo da sede | Av. Walter Ananias, 705, Jaraguá, Maceió-AL – CEP 57.025-510 – Telefone: (82) 3216-6700; 3216-6767; 3216-6742; 3216-6728. | |
| Endereço da página institucional na internet | http://www.dpf.gov.br | |
| Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União | Criação: Decreto-Lei nº 6.378, de 28/03/1944; Lei nº 4.483, de 16/12/1964; Decreto-Lei nº 200, de 25/02/1967; Atribuições e competências: Art. 144 da Constituição Federal; Portaria nº 1.825, de 13 de outubro de 2006, DOU nº 198, de 16/10/2006; Estrutura: Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, DOU de 16.3.2007. | |
| Código da UJ titular do relatório | 200048 | |
| Códigos das UJ abrangidas | Não consolida outras unidades | |
| Situação da unidade quanto ao funcionamento | Em funcionamento. | |
| Função de governo predominante | Segurança Pública. | |
| Tipo de atividade | Policial. | |
| Unidades gestoras utilizadas no SIAFI | Nome | Código |
| | Tesouro | 200358 |
| | Funapol | 200359 |

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticas

A Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Alagoas – SR/DPF/AL não registra objetivos e metas no SIGPLAN.

No item 2.4 (Desempenho Operacional) estão discriminadas as metas policiais, administrativas e institucionais, definidas pela UJ para o exercício de 2008.

2.1 Responsabilidades institucionais – Papel da unidade na execução das políticas públicas

Em consonância com o arcabouço legal, que define as atribuições da Polícia Federal, apresentadas a seguir, o papel das Unidades Descentralizadas é contribuir com o cumprimento da missão da Instituição. Cabe a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Alagoas desempenhar as funções de polícia judiciária e administrativa da União, observando suas competências e área de atuação.

2.1.1. Normas de Atuação

As atribuições da Polícia Federal estão definidas no Art. 144 da Constituição Federal:

“§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”

Além da Constituição Federal as normas abaixo também norteiam a atuação da Instituição:

- Lei Complementar nº 089/1997 (Institui FUNAPOL);
- Lei nº 2.889/1956 (crime de genocídio);
- Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP);
- Lei nº 5.010/1966 (Organiza Justiça Federal)
- Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio);
- Lei nº 6.815/1980 e Decreto nº 86.715/1981(Estrangeiros);
- Lei nº 7.102/1983 (Segurança Privada);
- Lei nº 7.170/1983 (Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social);
- Lei 9.017/1995 (Segurança Privada);
- Lei nº 9.807/1999 (Proteção a Testemunhas);
- Lei nº 10.357/2001 (Produtos Químicos);
- Lei nº 10.446/2002 (Crimes de repercussão Interestadual);
- Lei nº 10.683/2003 (Organização da Presidência da República);
- Lei nº 10.826/2003 (SINARM);
- Decreto-lei nº 6.378/1944 (Transformou Policia Civil do DF em DFSP);
- Decreto-Lei nº 9.353/1946 (novas atribuições DFSP);
- Decreto nº 1.983/1996 (Passaporte);
- Decreto nº 5.834/2006 (Regimento do MJ);
- Portaria MJ nº 1.825, de 13 de outubro de 2006. (Regimento interno DPF);
- Instrução Normativa Nº 013/2005-DG/DPF (competências e atribuições das unidades do DPF).

2.1.2 – Funções Institucionais

Conforme a legislação acima referenciada, é possível sistematizar e classificar as diversas atribuições do Departamento de Polícia Federal em dois ramos ou gêneros finalísticos distintos:

- **Polícia Judiciária**, que tem a função precípua de apurar infrações penais e a sua autoria por meio do inquérito policial, procedimento administrativo com característica inquisitiva, que serve de base à pretensão punitiva do Estado formulada pelo Ministério Público, titular da ação penal pública (art. 129, I, da CF).

- **Polícia Administrativa**, que tanto pode agir preventivamente, como repressivamente, atingindo bens, direitos e atividades, com objetivo de impedir que o comportamento do indivíduo ou das empresas e instituições, cause prejuízos para a coletividade.

O que efetivamente diferencia Polícia Administrativa de Polícia Judiciária é que a primeira se predispõe unicamente a impedir ou paralisar atividades anti-sociais, enquanto a segunda se pré-ordena a responsabilização dos violadores da ordem jurídica.

Diferenciam-se ainda as polícias pelo fato de que o ato fundado na polícia administrativa exaure-se nele mesmo. Dada uma injunção, ou emanada uma autorização, encontram-se justificados os respectivos atos, não precisando ir buscar o seu fundamento em nenhum ato futuro.

A polícia judiciária busca seu assento em razões estranhas ao próprio ato que pratica. A perquirição de um dado acontecimento só se justifica pela intenção de futuramente submetê-lo ao Poder Judiciário. Desaparecida esta circunstância, esvazia-se igualmente a competência para a prática do ato.

2.1.2.1 Papel da Polícia Administrativa

Integrante do Sistema de Segurança Pública, cujo objetivo é a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, em razão das disposições Constitucionais e Infra-Constitucionais, elencadas mais acima, a Polícia Federal exerce outras atribuições inerentes ao Poder de Polícia da Administração Pública, que podem ser denominadas de **POLÍCIA ADMINISTRATIVA** em distinção às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**.

A Polícia Administrativa tem caráter preventivo e repressivo, e objetiva, não a apuração de infrações penais, mas sim, a limitação ou regulação de direitos, interesses ou liberdades, essencialmente legítimos, mas que em decorrência do Poder Discricionário e tendo por fundamento, normas legais, a Administração Pública se vê compelida a disciplinar, regulamentar e fiscalizar.

Para fins de classificação das atribuições, identificadas com as atividades de **POLÍCIA ADMINISTRATIVA**, é possível discriminar as seguintes espécies:

1) **Controle Migratório**: Atividade que limita, disciplina e regulamenta o direito de ir e vir de cidadãos brasileiros e estrangeiros. Para cumprir essa atribuição, a Polícia Federal executa medidas de fiscalização e controle, cumprindo regras estabelecidas para a entrada, saída e permanência no território brasileiro.

Fundamento Legal: Lei nº 6.815/1980 (Estatuto do Estrangeiro).

2) **Controle de Armas**: A Polícia Federal desempenha importante atribuição administrativa, como responsável pelo gerenciamento do Sistema Nacional de Armas – SINARM, executando atividades relacionadas ao registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições. Essa atribuição limita e controla importante setor da atividade econômica e ainda o direito de propriedade dos cidadãos brasileiros.

Fundamento Legal: Lei nº 10.826/2003 (SINARM).

3) **Controle de Segurança Privada**: atribuição da Polícia Federal que define regras para o funcionamento dos serviços de segurança privada em estabelecimentos financeiros, bem como normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e transporte de valores dentre outros.

Fundamento Legal: Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995.

4) **Controle de Precursores Químicos**: Atribuição exercida pela Polícia Federal tendo por escopo principal controlar o uso de precursores químicos que possam ser utilizados para o preparo de substâncias entorpecentes, sendo importante atividade para o combate ao tráfico de drogas. Também aqui, se busca disciplinar e regulamentar atividade econômica relevante, estabelecendo normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos.

Fundamento Legal: Lei nº 10.357/2001.

5) Controle de Dignitários: A execução em colaboração com as autoridades dos Estados, de medidas tendentes a assegurar a incolumidade física de Diplomatas e visitantes oficiais estrangeiros, bem como dos demais representantes dos Poderes da República, quando em missão oficial.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

6) Controle de Identificação Criminal e Civil: a coordenação e a interligação, no país dos serviços de identificação datiloscópica, civil e criminal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

7) Controle do Patrimônio da União: Cabe ao Departamento de Polícia Federal, inclusive mediante a ação policial necessária, coibir a turbação e o esbulho possessórios dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta.

Fundamento Legal: Lei nº 10.683/2003(organização da Presidência).

8) Estatística Criminal: A estatística judiciária criminal, a cargo do Instituto Nacional de Identificação tem por base os boletins individuais, que são parte integrante dos processos criminais.

Fundamento Legal: Código de Processo Penal.

9) Outros Serviços de Policiamento atribuídos à União: atribuição inerente ao Poder de Polícia da Administração Pública Federal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964, art. 1º, letra “n”.

10) Controle de Conflitos Fundiários: acompanhar inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem como prevenir e reprimir esses crimes.

Fundamento Legal: Decreto nº 5.834/2004 (estrutura do MJ).

11) Representação Externa: a cooperação, com os serviços policiais relacionados com a criminalidade internacional, representando o país na OIPC – INTERPOL.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

12) Apoio técnico a Estados e Distrito Federal: a prestação de assistência técnica e científica, de natureza policial aos Estados, Distrito Federal e Territórios, quando solicitada.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

2.1.2.2 – Papel de Polícia Judiciária

No tocante às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**, em que exerce com exclusividade as atividades de Polícia Judiciária da União, o art. 44 da Constituição Federal prevê que a Polícia Federal destina-se a:

- Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas;
- Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social;
- Reprimir o contrabando e o descaminho;
- Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

2.2.2.1 – Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas; (lista exemplificativa)

| SEQ. | INFRAÇÃO PENAL |
|------|---|
| 1 | contra o patrimônio arqueológico |
| 2 | crimes na exploração de energia nuclear |
| 3 | praticado contra o meio ambiente |
| 4 | crimes falimentares |
| 5 | de representação caluniosa por improbidade administrativa |

| SEQ. | INFRAÇÃO PENAL |
|-------------|---|
| 6 | de responsabilidade contra o meio circulante |
| 7 | de trânsito |
| 8 | praticado com abuso de autoridade |
| 9 | praticado com abuso do poder econômico |
| 10 | praticado contra a criança e adolescente |
| 11 | praticado contra a economia popular |
| 12 | praticado contra a lei de parcelamento do solo urbano |
| 13 | praticado contra a ordem econômica |
| 14 | praticado contra a ordem tributária |
| 15 | praticado contra a propriedade industrial |
| 16 | praticado contra a propriedade intelectual |
| 17 | praticado contra as normas de licitações |
| 18 | praticado contra as normas de locação |
| 19 | praticado contra as relações de consumo |
| 20 | praticado contra criança e adolescente |
| 21 | praticado contra o mercado de capitais |
| 22 | praticado contra o sigilo bancário |
| 23 | praticado contra o sistema financeiro da habitação |
| 24 | praticado contra o sistema financeiro nacional |
| 25 | praticado para lavagem de dinheiro |
| 26 | praticado por organização criminosa |
| 27 | crimes previdenciários |
| 28 | de desvio de crédito e financiamento |
| 29 | de interceptação de comunicações |
| 30 | praticado contra a administração da justiça |
| 31 | praticado contra o serviço de radiodifusão |
| 32 | praticado contra os serviços de telecomunicações |
| 33 | praticado contra os serviços postais |
| 34 | Relacionados à situação jurídica do estrangeiro |

2.2.2.2. – Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social (lista exemplificativa)

| SEQ. | INFRAÇÃO PENAL |
|-------------|--|
| 1 | crimes eleitorais |
| 2 | de deserção e engajamento |
| 3 | de discriminação |
| 4 | de genocídio |
| 5 | de responsabilidade |
| 6 | de tortura |
| 7 | de tráfico de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano |
| 8 | praticado contra a liberdade de imprensa |
| 9 | praticado contra a organização do trabalho |
| 10 | praticado contra a segurança nacional, a ordem política e social |
| 11 | praticado contra comissão parlamentar de inquérito |
| 12 | praticados contra os índios |
| 13 | relacionados com arma de fogo |
| 14 | praticado contra a reforma agrária |
| 15 | praticado contra a biosegurança |
| 16 | praticado contra os direitos humanos |
| 17 | de terrorismo |

2.2.2.3. - Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins

| SEQ. | INFRAÇÃO PENAL |
|------|---------------------------|
| 1 | tráfico ilícito de drogas |
| 2 | uso ilícito de drogas |

2.2 Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas.

Para o cumprimento de sua missão Institucional o Departamento de Polícia Federal conta com Unidades Centrais, as quais gerenciam seis (06) Unidades Gestoras, e são responsáveis pela coordenação das atividades da Polícia Federal e pela execução de ações que necessitam de um comando centralizado, as quais aplicaram ou foram beneficiárias de parte significativa do orçamento do DPF no exercício de 2008 ; e foram responsáveis pelo conjunto de realizações apontadas no item 2 do relatório.

As Unidades Descentralizadas contam com Superintendências nas Capitais de todos os Estados da Federal e no Distrito Federal, além de Delegacias espalhadas por todos Brasil, são responsáveis pela execução das ações do Departamento de Polícia Federal em nível Estadual, tanto na atuação como Polícia Judiciária da União, como na atuação como Polícia Administrativa.

A Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Alagoas – SR/DPF/AL não possui delegacias descentralizadas no interior do Estado. A sede da SR/DPF/AL está localizada na capital do Estado e conta com 11(onze) Delegacias especializadas, 03 (três) Setores e 09 (nove) Núcleos, Corregedoria e Gabinete que são responsáveis pela execução das atividades policiais e administrativas deste órgão.

O planejamento e a execução das operações serão desenvolvidos em cada uma das Unidades do Departamento da Polícia Federal (DPF), obedecendo às premissas básicas e orientações estratégicas das Unidades Centrais em cada uma de suas áreas de atuação. Na execução dessas ações, deverá ser priorizada a integração com os demais Órgãos de Segurança Pública, notadamente no campo da inteligência policial. Nas áreas de fronteira, em especial na região Amazônica, deverá ser implementada a integração com outras áreas de governo, visando o combate ao tráfico de armas e entorpecentes e delitos ambientais, dentre outras, inclusive mediante a utilização do SIVAM/SIPAM otimizando a utilização dos meios já disponibilizados pelo Sistema e daqueles existentes no DPF. Deverão ser incrementados e modernizados o Controle Migratório e as ações de combate ao contrabando e descaminho, através do controle de pontos estratégicos de fronteira e dos portos e aeroportos do país, com a participação da Receita Federal e de outras Instituições. As operações de repressão a crimes contra o patrimônio público, crimes ambientais, ao tráfico de seres humanos, à pedofilia, poderão ser realizadas em cooperação com forças policiais locais. Além do inter-relacionamento mais efetivo com a SENASP, com a Polícia Rodoviária Federal e com as forças policiais estaduais, deve ser dada prioridade a parcerias com outras agências governamentais - INCRA, IBAMA, FUNAI, INSS, DNPM, DRCI, COAF e MINISTÉRIO DO TRABALHO - nas operações a serem executadas em todo território nacional. Por outro lado, a fixação de um maior efetivo de policiais federais em todo território nacional dinamizará a atuação da Polícia Federal, contribuindo significativamente para a redução da criminalidade.

Nesse contexto organizacional e estratégico, todas as unidades do Departamento de Polícia Federal estão integradas nas ações que buscam o cumprimento da missão institucional em consonância com as diretrizes governamentais que compõem o PLANO PLURIANUAL – PPA - (lei nº 11.658 de 07/04/2008) onde a Polícia Federal esta inserida no **OBJETIVO ESTRATÉGICO 09 “Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos Cidadãos”**.

Atingir este objetivo pressupõe a superação do que o Governo chama de DESAFIOS. No caso da Polícia Federal ela contribui para a superação do desafio nominado “**Brasil sem violência**”, uma das metas do plano de governo, tendo como pontos de atuação para a polícia federal os seguintes:

- Intensificar a repressão ao crime organizado, a vigilância das fronteiras para impedir o tráfico de drogas e armas e combater a lavagem de dinheiro, integrando mecanismos investigativos, ampliando as bases de dados, reforçando a cooperação internacional;
- Consolidar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), para agilizar os fluxos informativos entre instituições e melhor combater a criminalidade;
- Ampliar o papel de indutor de princípios e práticas policiais do Fundo Nacional de Segurança Pública, complementar na sustentação financeira das políticas esta duais e locais de segurança;
- Ampliar o efetivo da Polícia Federal, mantendo sua independência e fortalecendo sua atuação no controle de fronteiras;
- Expandir a Força Nacional de Segurança Pública;
- Integrar as instituições do Sistema de Justiça Criminal e Segurança, articulando prevenção e repressão e fortalecendo os sistemas de inteligência e informação;
- Continuar o processo de integração dos Sistemas de Informações Criminais, com a ampliação do Sistema Nacional de Inteligência e de Informação em todos os níveis;
- Desenvolver Rede Nacional de Educação em Segurança Pública Cidadã, com a formação integrada dos profissionais;
- Valorizar espaços de participação da população, como ouvidorias e conselhos.

Para alcance desses desafios as estratégias de atuação estão resumidas nos seguintes aspectos:

A - Garantir a segurança pública com a implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas.

DIRETRIZES

1. Articulação das três esferas da Federação no desenvolvimento de ações de segurança pública, inclusive ampliando o sistema de inteligência;
2. Integração das políticas públicas voltadas para a redução da criminalidade e a prevenção da violência;
3. Prevenção e combate ao crime organizado, especialmente ao contrabando, ao narcotráfico, ao comércio ilegal de armas e à lavagem de dinheiro;
4. Implementação de programas de integração das polícias;
5. Adoção do policiamento comunitário;
6. Reestruturação dos sistemas penal e prisional, inclusive sob o ponto de vista da reinserção social do egresso;
7. Promoção da parceria com a sociedade civil na implementação e gestão das ações de segurança pública;
8. Prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas;
9. Humanização das instituições e valorização dos profissionais de segurança pública;
10. Combate à impunidade;
11. Garantia da integridade de testemunhas e seus familiares.

B. Implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.

DIRETRIZES

1. Implementação de mecanismos de avaliação e de controle social das ações governamentais;
2. Melhoria da qualidade do gasto público mediante o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de planejamento, orçamento, finanças, controle e avaliação;

3. Ampliação e fortalecimento da participação social na gestão pública, com ênfase no diálogo e na integração com a sociedade;
4. Garantia da publicidade e da facilidade de acesso às informações e atos da gestão pública;
5. Aperfeiçoamento dos mecanismos de descentralização da gestão governamental, com ênfase em novas formas de articulação e na capacitação das equipes locais;
6. Garantia da qualidade dos dados e das informações, inclusive com a integração dos sistemas corporativos da União;
7. Implementação da contabilidade de custos e gerencial por programas;
8. Criação e aperfeiçoamento de controles gerenciais voltados para resultados da ação governamental;
9. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
10. Conscientização da sociedade quanto à responsabilidade comum sobre a coisa pública;
11. Combate à impunidade.

C. Combater a corrupção.

DIRETRIZES:

1. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
2. Ampliação dos mecanismos de combate à improbidade administrativa;
3. Integração e coordenação de ações preventivas e coercitivas, no combate e na dissuasão da corrupção.

A efetivação da execução das atividades que contribuirão para alcance dos objetivos foi promovida pela institucionalização do Programa de Prevenção e Repressão à Criminalidade (0662), o qual abrange todas as ações consideradas necessárias ao cumprimento das atribuições do órgão, o qual conta também com outro programa de apoio: O Programa Modernização da Polícia Federal (1353) que tem a finalidade de proporcionar infra-estrutura e equipamentos de suporte a atividade-fim da instituição.

O Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade, tem por objetivo intensificar o combate à criminalidade no País mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.

As principais ações destinadas a este objetivo são:

Ação nº 2720 - **Operações de Caráter Sigiloso**, que tem a finalidade de planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.

Ação nº 2726 - **Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União**, para o combate ao contrabando e ao descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.

Ação nº 2679 - **Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos**,

A criminalidade organizada utiliza as mais variadas modalidades de comunicações e, sabedora das limitações impostas aos órgãos de persecução criminal, vai, paulatinamente, migrando de uma modalidade para outra como forma de dificultar o trabalho policial.

Nesse contexto, para o enfrentamento dessa modalidade criminosa, um sistema integrado de gestão da atividade de inteligência a ser propiciado pelos CICOR Rio e o CICOR São Paulo deverá estar apto a interceptar todos os meios de telecomunicações ora disponíveis no Brasil e possuir estrutura escalável e expansível para outros meios, com a celeridade que a sociedade exige, de forma que não exista solução de continuidade nos trabalhos policiais.

Portanto as Superintendências da Polícia Federal nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo devem continuar sendo dotadas de meios de interceptar também tecnologias e protocolos que hoje não são possíveis com os sistemas em operação. Tal fato, aliado às técnicas de criptografia existentes, será certamente o grande desafio do ramo de Inteligência de Sinais num futuro próximo.

Os equipamentos devem ser dimensionados e adquiridos considerando o cenário estratégico onde atua a instituição e destinados, basicamente, a racionalizar o emprego do efetivo, que é de formação morosa, otimizando a atividade-fim da Polícia, isto é, a produção de provas contra em todas as ações investigativas sob sua responsabilidade, especialmente no combate às organizações criminosas.

Sendo a produção de provas da existência, estrutura, *modus operandi* das organizações criminosas o objetivo estratégico principal da instituição, o produto final deve ser protegido pela legalidade e legitimidade em todas as fases de atuação dos seus agentes nesse processo, para, assim, gerar credibilidade e resultados eficazes junto ao Poder Judiciário, Ministério Público e, principalmente, junto à sociedade.

A credibilidade buscada será atingida na medida em que haja harmonia entre o homem de polícia e os equipamentos adequados à busca da prova. O processo de produção da prova, seja através da conduta do policial, seja pela aplicação de tecnologia, deve ser capaz de, uma vez submetido à auditoria, suportar os controles sob a ótica da legalidade ou do rigor científico.

A eficácia será alcançada com a consumação do processo de persecução penal, através da atuação do Ministério Público e do Poder Judiciária, com conseqüente condenação dos investigados a partir das provas produzidas na fase policial, representando uma aplicação sistêmica e adequada da Justiça Criminal.

O presente projeto terá dentro do DPF um efeito integrador na medida em que a infra-estrutura disponibilizada nos CICOR a serem implantados, possibilitarão o almejado compartilhamento de informações, de recursos humanos, de recursos materiais, de expertise para montagem de planejamento operacional e de treinamento de pessoal entre as diversas áreas operacionais do DPF, Diretoria Executiva (DIREX), Diretoria de Inteligência Policial (DIP) e Diretoria de Combate ao Crime Organizado (DCOR).

O uso de novas tecnologias e novos métodos operacionais que poderão ser usados, manterão o DPF na vanguarda do combate a criminalidade e terá, sem dúvida, um efeito positivo de motivação para a melhoria de todas as demais Agências Parceiras.

2.3 Programas

Pesquisas recentes indicam a criminalidade com um dos principais problemas enfrentados pela população. Segundo estudos do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o custo da violência no Brasil em 2004, foi estimado em R\$ 92,2 bilhões, o que representou 5,09% do PIB, ou um valor per capita de R\$ 519,40. Deste total, R\$ 28,7 bilhões corresponderam a despesas efetuadas pelo setor público e R\$ 60,3 bilhões foram associados aos custos tangíveis e intangíveis arcados pelo setor privado. Embora estes custos incluam acidentes de trânsito e suicídios, boa parte está ligada à criminalidade.

Nos últimos anos, a criminalidade no país aumentou substancialmente em todos os seus níveis e modalidades. Tal quadro se deve, não só devido às questões sociais decorrentes dos problemas enfrentados pela economia brasileira, como, principalmente,

pela atuação crescente do crime organizado, com fortes reflexos nas taxas de violência e de corrupção nas três esferas de Poder.

Além dos efeitos diretos sobre as vítimas e seus familiares e de um maior dispêndio do Estado com os sistemas de segurança, justiça, saúde e de previdência social, o aumento da violência e da criminalidade impõe gastos de recursos às famílias e empresas, desvia recursos dos setores produtivos, gera perda de capital, ocasiona mudanças de hábitos, bem como inibe o turismo interno e externo e o consumo de determinados bens e serviços. Além disso, o custo da proteção leva as empresas a aumentarem os preços dos seus bens e serviços, o que gera uma diminuição dos negócios e conseqüentemente da atividade econômica.

Por sua vez, o desvio de dinheiro público, decorrente da corrupção, diminui a capacidade de investimento estatal e das empresas e prejudica o desenvolvimento econômico exacerbando cada vez mais a desigualdade social e conseqüentemente aumentando a criminalidade. A redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, propiciará condições favoráveis ao aumento do crescimento econômico, pois cria oportunidades de emprego e diminui as desigualdades sociais, fortalecendo a democracia, a cidadania e a paz social.

2.3.1 - Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade:

Dados Gerais do Programa

| | |
|--|---|
| Tipo de programa | Finalístico |
| Objetivo geral | Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União. |
| Objetivos Específicos | |
| Gerente do programa | Romero Luciano Lucena de Menezes |
| Gerente executivo | Joaquim Cláudio Figueiredo de Mesquita |
| Responsável pelo programa no âmbito da UJ | Romero Luciano Lucena de Menezes |
| Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa | Não possui indicadores |
| Público-alvo (beneficiários) | A sociedade |

2.3.1.1 - Ação 2720 – Ações De Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Dados Gerais da Ação

| | |
|--|---|
| Tipo | Atividade |
| Finalidade | Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso. |
| Descrição | Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | Diretoria de Inteligência Policial |
| Coordenador nacional da ação | Daniel Lorens de Azevedo |
| Unidades executoras | 200359 |
| Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação | Núcleo de Inteligência Policial |
| Competências institucionais requeridas para a execução da ação | Conhecimento das atividades de inteligência policial, bem como das rotinas e normas aplicáveis à execução e avaliação dos resultados da ação. |

- As despesas vinculadas a esta Ação são referentes a gastos executados por meio Suprimento de Fundos. Esse tipo de gasto se faz necessário em face da peculiaridade das ações de caráter sigiloso, que na maior parte das vezes são desenvolvidas no ambiente externo e dependem, para seu sucesso, da coleta de informações em caráter reservado. Para isso a Polícia Federal utiliza equipamentos e material humano, que invadem o ambiente criminoso em busca de dados, destinados à instrução de Inquéritos Policiais, portanto, fazendo-se utilizar de despesas eventuais com aquisição de materiais e serviços de pessoas física (informantes, em regra) e jurídicas. Os recursos executados são, também, utilizados nas operações policiais desenvolvidas pelo NIP.
- Para realização desta Ação não foram utilizados recursos oriundos do exterior, sendo o financiamento lastreado por recursos arrecadados pelo FUNAPOL e disponibilizado pelo Órgão central do Departamento de Polícia Federal.
- O valor disponibilizado pelo Órgão Central nesta Ação, para utilização pela Unidade Jurisdicionada e executado na Unidade Gestora n. 200359 foi R\$ 37.087,04 (trinta e sete mil oitenta e sete reais e quatro centavos), detalhadas por natureza de despesa da seguinte forma:
 - 3390.30 – R\$ 14.309,17
 - 3390.36 – R\$ 10.842,39
 - 3390.39 – R\$ 11.935,48
- Atividades desenvolvidas no âmbito da Ação:

- Núcleo de Inteligência Policial

| DOCUMENTOS | EXPEDIDOS | RECEBIDOS |
|---------------------------|-----------|-----------|
| Ordem de Missão | 36 | - |
| Relatório de Missão | 33 | - |
| Relatório de Inteligência | 09 | - |
| Pedido de Inteligência | 05 | 10 |
| Ofícios | 189 | 180 |
| Memorando | 330 | 427 |

| OPERAÇÕES* | ENCERRADAS | EM ANDAMENTO |
|------------|------------|--------------|
| 27 | 23 | 04 |

* Dados disponíveis no Núcleo de Inteligência Policial

2.3.1.2 - Ação 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados Contra Bens, Serviços e Interesses da União.

Dados Gerais da Ação

| Tipo | Atividade |
|-------------------|--|
| Finalidade | Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país. |

| | |
|--|---|
| Descrição | Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | Diretoria Executiva |
| Coordenador nacional da ação | Rômulo Berrêdo |
| Unidade executora | 200359 |
| Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação | Delegacia de Combate ao Crime Organizado, Setor Técnico-Científico, Delegacia Repressão aos Crimes Previdenciários, ver outras |
| Competências institucionais requeridas para a execução da ação | Conhecimento das atividades ligadas à repressão desse tipo de delito, bem como das rotinas e normas aplicáveis à execução e avaliação dos resultados da ação. |

- Nesta Ação a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Alagoas utilizou o material humano de diversos setores internos para combater os crimes de sua competência, especificadamente os discriminados na tabela acima. Considerando que o crime ocorre na sociedade, não tendo lugar específico para se materializar, justifica-se a maior parte da despesa desta Ação ser com indenizações (diárias), pagas aos servidores destacados em Missões Policiais no interior do Estado de Alagoas, bem como em outros Estados da federação, contudo no decorrer do exercício algumas pequenas aquisições e contratações foram demandas pelos setores envolvidos nesta Ação.
- O valor descentralizado pelo órgão central, para utilização pela Unidade Jurisdicionada e executados na unidade gestora nº 200359 foi R\$ 630.738,39 (seiscentos e trinta mil setecentos e trinta e oito reais e trinta e nove centavos), detalhado por grupo de natureza de despesa da seguinte forma:
 - 3390.14 – R\$ 622.681,54
 - 3390.30 – R\$ 1.471,85
 - 3390.39 – R\$ 1.700,00
 - 3390.52 – R\$ 4.885,00
- Destaque-se que o valor da despesa com diárias envolve o gasto total da SR/DPF/AL com o pagamento aos servidores da atividade fim (área policial) .
- Atividades desenvolvidas no âmbito da Ação:

- Delegacia de Repressão a Entorpecentes

| TIPOS DE ENTORPECENTES | QUANTIDADE APREENDIDA | |
|------------------------|-----------------------|--------|
| | 2007 | 2008 |
| COCAÍNA (G) | 31.264,72 | 11.046 |
| CRACK (G) | 470,06 | 29.000 |
| MACONHA (G) | 141,71 | 69.602 |

- Setor Técnico Científico - SETEC

| Quadro de laudos emitidos | | 2007 | 2008 |
|-------------------------------|---------------------------|-------|-------|
| Documentos Técnicos | Laudos Periciais | 516 | 636 |
| | Informações Técnicas | 087 | 105 |
| | Pareceres Técnicos | 001 | 003 |
| Atividades Policiais | Ordens de Missão Policial | 072 | 106 |
| Documentos diversos | Ofícios | 152 | 153 |
| | Memorandos | 246 | 162 |
| Total de documentos expedidos | | 1.074 | 1.165 |

- Núcleo de Identificação - NID

| DESCRIÇÃO | QUANTIDADE |
|-------------------------------------|------------|
| Inclusão de PIC | 432 |
| Inclusão de BDJ | 42 |
| Inclusão de BDI | 59 |
| Pesquisas AFIS | 126 |
| Laudos | 14 |
| Informações Técnicas | 43 |
| Emissão de BDI | 432 |
| Pesquisas SINIC | 4.108 |
| Emissão de folhas de antecedente | 432 |
| RFH | 05 |
| Identificação criminal | 87 |
| Procedimentos em carteira funcional | 18 |
| Identificação de estrangeiro | 200 |

2.3.1.3 - Ação 2679 – Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos.

Dados Gerais da Ação

| Tipo | Atividade |
|-------------------|---|
| Finalidade | Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas. |
| Descrição | Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções. |

| | |
|--|---|
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | Diretoria Executiva |
| Coordenador nacional da ação | José Alberto Maciel Costa |
| Unidades executoras | 200359 |
| Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação | Delegacia de Combate ao Crime Organizado em articulação com a Setor de Produtos Químicos. |
| Competências institucionais requeridas para a execução da ação | Conhecimento das atividades ligadas à repressão desse tipo de delito, bem como das rotinas e normas aplicáveis à execução e avaliação dos resultados da ação. |

- A atividade administrativa de fiscalização e controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos, também, é eminentemente externa, o que vem a justificar a despesa com diárias executada nesta Ação. Destaque-se que a unidade, no decorrer do exercício anterior, liberou servidores para auxiliar outras descentralizadas na Ação em tela.
- O valor disponibilizado pelo Órgão Central nesta Ação, para utilização pela Unidade Jurisdicionada e executado na unidade gestora n. UG 200359 foi R\$ 16.909,36 (dezesesseis mil novecentos e nove reais e trinta e seis centavos), empenhado no grupo de natureza de despesa referente a diárias, conforme segue:
 - 3390.14 – 16.909,36
- Atividades desenvolvidas no âmbito da Ação:
 - Delegacia de Repressão a Entorpecentes.
 - Setor de Produtos Químicos.

| ATIVIDADES | QUANTIDADE | |
|------------------------------------|------------|-----------|
| | 2007 | 2008 |
| EMPRESAS FISCALIZADAS | 71 | 03 |
| CADASTROS APROVADOS | 16 | 22 |
| LICENÇAS RENOVIDAS | 55 | 25 |
| PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS (L) | 4.052 | 4 |
| PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS (KG) | 9.523 | 0 |
| VALORES ARRECADADOS – TAXAS | 62.500,00 | 46.000,00 |
| VALORES ARRECADADOS - MULTAS | - | 17.000,00 |

2.3.1.4 - Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

Dados Gerais da Ação

| | |
|--|---|
| Tipo | Atividade |
| Finalidade | Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional. |
| Descrição | Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | Diretoria de Gestão de Pessoal |
| | Realização de ações diversas voltadas ao treinamento |

| | |
|--|--|
| | de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. |
| Coordenador nacional da ação | Rodrigo Teixeira Antuña |
| Unidades executoras | 200359 |
| Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação | Gabinete, Equipe de Treinamento e Desenvolvimento. |
| Competências institucionais requeridas para a execução da ação | Conhecimento de polícia judiciária, dos planos e programas de capacitação e gestão administrativa. |

- Os valores disponibilizados nesta Ação foram empregados em despesas com treinamento de servidores da SR/DPF/AL, conforme discriminação a seguir:
 - Curso de comunicação verbal Falar Bem – 01 servidor;
 - Curso de Relacionamento interpessoal “Repercussão na vida pessoal e profissional” – 02 servidores;
 - Congresso Nacional de segurança Pública. II Conferência Estadual de Segurança Pública – 01 servidor;
 - Seminário Regional de Normas Técnicas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – 01 servidor;
 - V Semana de Administração Orçamentária , financeira e de contratações – 02 servidores;
 - Curso de Relacionamento Interpessoal “Repercussão na vida pessoal e profissional” – 02 servidores;
 - Palestra “Alimentando a Mente: Espiritualidade nas empresas”: 04 servidores;
 - V Congresso Alagoano de Gestão de Pessoas – 02 servidores;
 - XXVI Congresso Brasileiro de Psiquiatria – 01 servidor;
 - Curso “Cerimonial para os Setores Públicos – 01 servidora;
 - Oficina administração de Finanças Pessoais – 17 servidores;
 - Curso a Arte de Falar Bem em Público – 20 servidores.
- Os servidores destacados para participação nas Ações de Capacitação atuam em áreas correlatas as dos objetos dos cursos ministrados;
- O valor disponibilizado pelo Órgão Central nesta Ação, para utilização pela Unidade Jurisdicionada e executado na unidade gestora n. UG 200359 foi R\$ 6.420,00(seis mil quatrocentos e vinte reais). Valor inscrito em Restos a Pagar 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais).
- As despesas realizadas nesta Ação foram agrupadas na seguinte natureza de despesa:
 - 3390.39 – 6.420,00

2.3.3 - Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados gerais do Programa

| | |
|-------------------------|--|
| Tipo de programa | Apoio Administrativo |
| Objetivo geral | Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos |

| | |
|---|---------------------------|
| Gerente do programa | Informação não disponível |
| Gerente executivo | Informação não disponível |
| Indicadores ou parâmetros utilizados | Não possui |
| Público-alvo (beneficiários) | Governo |

2.3.3.1 - Ação 2000 –Administração da Unidade.

Dados gerais da Ação

| | |
|---|---|
| Tipo | ATIVIDADE |
| Finalidade | Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas. |
| Descrição | <p>A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p> |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | Departamento de Polícia Federal |
| Unidades executoras | 200358 e 200359 |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Informação não disponível |

| | |
|---|--|
| Coordenador nacional da ação | Não há coordenador vinculado |
| Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) | Gabinete, Setor de administração e Logística Policial. |

- Esta ação contempla a maior parte do orçamento para custeio e investimentos disponibilizado para SR/DPF/AL. As verbas executadas visam a manutenção da unidade em condições de atender sua demanda externa e interna e têm relação direta com as atividades administrativas, policiais e institucionais. No âmbito desta ação foram realizadas despesas com diárias de servidores administrativos, com as contratações de serviços continuados (20 contratos), com a execução de suprimento de fundos – sem caráter especial de execução, com aquisição de material de expediente e permanente. O valor expressivo na Natureza de despesa 3390.93 é justificado pela quantidade total (14 - quatorze) de servidores removidos da SR/DPF/AL para outras unidades
- No exercício de 2008 a SR/DPF/AL reduziu sua despesa de custeio e investimentos em, aproximadamente, 5% (cinco por cento), comparando com o exercício de 2007, fato que deve ser destacado, considerando que não houve movimentos grevistas no decorrer do período, o que permitiu a execução das atividades do órgão sem interrupção durante o transcorrer do ano; que várias operações foram desencadeadas e que se tratou – o exercício anterior – de ano eleitoral, o que gera uma demanda excedente de serviços.
- O valor disponibilizado pelo Órgão Central nesta Ação, para utilização pela Unidade Jurisdicionada, foi executado em duas unidades gestoras:
 - UG 200358 (Tesouro) – R\$ 2.753.616,62 (dois milhões oitocentos e um mil setecentos e treze reais e setenta e três centavos). Valor inscrito em Restos a Pagar R\$ 209.970,44 (duzentos e nove mil novecentos e setenta reais e quarenta e quatro centavos); liquidados a pagar R\$ 48.097,11;
 - UG 200359 (FUNAPOL) – R\$ 3.536,47 (três mil quinhentos e trinta e seis reais e quarenta e sete centavos).
- Os gastos retrossilientados foram agrupados nas seguintes naturezas de despesas:
- UG 200358:
 - 3390.14 – R\$ 127.142,24
 - 3390.30 – R\$ 349.116,22
 - 3390.33 – R\$ 265.126,66
 - 3390.36 – R\$ 60.380,28
 - 3390.37 – R\$ 665.532,74
 - 3390.39 – R\$ 955.617,62
 - 3390.47 – R\$ 29.670,64
 - 4490.52 – R\$ 12.758,32
 - 3390.92 – R\$ 61.454,35
 - 3390.93 – R\$ 226.817,55
- UG 200359:
 - 3390.30 – R\$ 2.114,13;
 - 3390.36 – R\$ 494,34;
 - 3390.39 – R\$ 928,00;
- Atividades desenvolvidas no âmbito da Ação:
 - Delegacia de Polícia de Imigração.
 - Serviço de Registro de Estrangeiros.

(Período de 01/01/08 a 04/12/2008)

| SERVIÇO | QUANTI- DADE | VALOR | TOTAL (TAXAS) ARRECADADAS |
|---|-----------------|--------|------------------------------|
| REGISTRO | 136 | 64,58 | 8.782,88 |
| RESTABELECIMENTO DE REGISTRO | 12 | 64,58 | 774,96 |
| CIE DE PRIMEIRA VIA | 136 | 124,23 | 16.895,28 |
| SUBSTITUIÇÃO DE CIE | 99 | 124,23 | 12.298,77 |
| SUBS. DE CIE ASILADO/REFUGIADO | 01 | 35,00 | 35,00 |
| SEGUNDA VIA DE CIE | 08 | 305,03 | 2.440,24 |
| PERMANÊNCIA | 57 | 102,00 | 5.814,00 |
| NATURALIZAÇÃO | 01 | 102,00 | 102,00 |
| PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ESTADA DE TEMPORÁRIO | 48 | 67,00 | 3.216,00 |

- Medidas Compulsórias

| | |
|----------------------|----|
| AUTO DE INFRAÇÃO | 94 |
| TERMO DE NOTIFICAÇÃO | 26 |
| REPATRIAÇÕES | 02 |

- Serviços de Passaportes

| TIPO DE PASSAPORTE | QUANTIDADE | VALORES (R\$) ARRECADADOS |
|------------------------------------|------------|------------------------------|
| PASSAPORTE COMUM – EXPEDIDO – ICAO | 5.842 | 911.760,94 |
| PASSAPORTE COMUM -ICAO | 24 | 3.745,68 |
| PASSAPORTE DE EMERGÊNCIA - ICAO | 44 | 8.927,16 |
| TOTAL | 5.910 | 924.433,78 |

- Delegacia de Controle de Segurança Privada

| PROCESSOS INSTAURADOS | | |
|---------------------------------------|-------------------------------------|-----------------------|
| ASSUNTO | MODALIDADE | TOTAL |
| AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO | SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL | 03 |
| | SERVIÇOS ORGÂNICOS DE SEGURANÇA | 01 |
| ALTERAÇÃO DE ATOS CONSTITUTIVOS | RAZÃO SOCIAL | 01 |
| | MUDANÇA DE ENDEREÇO | 03 |
| | ABERTURA DE FILIAL | 01 |
| | MUDANÇA DE MODELO DE UNIFORME | 01 |
| OUTROS PROCEDIMENTOS | REVISÃO DE AUTORIZAÇÃO | 19 |
| | RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO VISTORIA | 19 |
| | RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO SEGURANÇ | 41 |
| | COMPRAS DE ARMAS, MUNIÇÕES E RECAR. | 19 |
| | AUTOS DE CONSTATAÇÃO E NOTIFICAÇÃO | 21 |
| | ENCERRAMENTO DE EMPRESA IRREGULAR | 01 |
| | COMUNICAÇÃO DE INCIDENTE C/ ARMA | 01 |
| OUTRAS ATIVIDADES | VISTORIA DE INSTALAÇÕES DE EMPRESAS | 19 |
| | VISTORIA DE VEÍCULOS ESPECIAIS | 41 |
| | VISTORIA EM AGÊNCIAS BANCÁRIAS | 93 |
| | CARTEIRAS DE VIGILANTES REQUERIDAS | 1072 |
| | CERTIFICADOS DE VIG. REGISTRADOS | 1322 |
| | GUIAS DE TRANSF/TRANSPORTE DE ARMA | 104 |
| | ARMAS E MUNIÇÕES ARRECADADAS | 66 ARMAS e 67 MUN. |
| | CONSULTAS/INFORMAÇÕES SEG. PRIVADA | 10 |

| | |
|-------------|------------------------------|
| ARRECADAÇÃO | TOTAL GERAL = R\$ 160.000,00 |
|-------------|------------------------------|

- Núcleo de Operações – NO

| REQUISIÇÕES E SOLICITAÇÕES ATENDIDAS | QUANTIDADE |
|--|------------|
| Cumprimento de Mandado de Intimação | 873 |
| Cumprimento de Ordens de Missão | 263 |
| Escortas de presos | 93 |
| Cumprimento de mandado de imissão de posse – Justiça Federal | 19 |
| Cumprimento de Mandados de Busca e Apreensão | 03 |
| Cumprimento de mandado de prisão | 50 |
| Cumprimento de Reintegrações de posse | 27 |
| Requisições de apoio a instituições diversas (TRT, JF, MPT) | 39 |
| Total | 1.367 |

- Núcleo de Cartório

| ATOS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA | QUANTIDADE |
|----------------------------|------------|
| Inquéritos Instaurados | 735 |
| Inquéritos Relatados | 309 |
| Inquéritos em Andamento | 1.381 |
| Termos Circunstanciados | 21 |
| Cartas Precatórias | 100 |

- SR/DPF/AL (atividades de polícia judiciária)

| | jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez | Total |
|---------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-------|
| Prisões Preventivas | - | - | 28 | 14 | 23 | 07 | 08 | 01 | 28 | 01 | 01 | 06 | 117 |
| Prisões Temporárias | - | - | - | 03 | 04 | - | 08 | - | 01 | 07 | 01 | - | 24 |
| Busca e Apreensão | - | - | 24 | - | - | - | 08 | 01 | 18 | 17 | - | - | 68 |

| OPERAÇÕES REALIZADAS | RESUMO |
|-------------------------------|---|
| 1. Márcio Raposo | Sonegação Fiscal |
| 2. Aquarela | Células falsas |
| 3. Bengala | Crimes Previdenciários |
| 4. Voto Livre | Crimes Eleitorais |
| 5. Voto Nulo | Corrupção Eleitoral |
| 6. Sonar | Armas Ilegais e Homicídios |
| 7. Trincheira | Resgate de presos. |
| 8. Corôa | Tráfico de drogas, corrupção e outros |
| 9. Pacificação | Desarmamento e corrupção eleitoral |
| 10. Ressurgere | Homicídios e armas ilegais |
| 11. Correria II | Desbaratamento de quadrilha |
| 12. Rosa dos Ventos | Crimes contra o meio ambiente |
| 13. Agreste I | Prisão de elementos que planejavam assassinar Juiz Federal e Procurador da República. |
| 14. Agreste II | Prisão de grupo de pistoleiros |
| 15. Correria III | Desbaratou quadrilha de assaltantes de bancos |
| 16. Diversas da DRE/SR/DPF/AL | 17 flagrantes com vários presos |

| Operações – Bens / Valores Arrecadados / Dano Evitado | | | |
|---|---------------------------------------|-------------|--------------|
| Operações | Bens Arrecadados | Valor Total | Dano Evitado |
| Bengala | Veículos | 250.000,00 | 2.000.000,00 |
| Coroa | Veículos, fazendas, casas e dinheiro. | 836.000,00 | -- |

| | | | |
|--------------|----------|-----------|----|
| Trincheira | Veículos | 40.000,00 | -- |
| Correria II | Veículos | 80.000,00 | -- |
| Correria III | Veículos | 20.000,00 | -- |

- Setor de Administração e Logística Policial

| Recursos orçamentários executados | | | |
|-----------------------------------|--------------------|---------------------|---------------------|
| UG | Despesas Correntes | Despesas de capital | Total |
| 200358 (Tesouro) | 2.977.686,44 | 123.064,87 | 3.100.751,31 |
| 200359 (FUNAPOL) | 697.016,26 | 4.885,00 | 697.016,26 |
| TOTAL | | | 3.797.767,56 |

| Contratos mantidos no exercício de 2008 | |
|---|---|
| Item | Objeto |
| 01 | Fornecimento de energia elétrica |
| 02 | Fornecimento de água e coleta de esgotos |
| 03 | Telefonia Fixa Comutada |
| 04 | Telefonia (serviço de análise) |
| 05 | Telefonia móvel |
| 06 | Fornecimento de refeições |
| 07 | Higienização de Tecidos |
| 08 | Vigilância Ostensiva |
| 09 | Limpeza e conservação predial |
| 10 | Manutenção Predial |
| 11 | Manutenção de Elevadores |
| 12 | Serviços postais |
| 13 | Transporte Mobiliário |
| 14 | Publicação Oficial |
| 15 | Manutenção de Veículos |
| 16 | Passagens Aéreas |
| 17 | Fornecimento de Combustíveis (03 contratos) |
| 20 | Confecção de Carimbos |

| Outras Atividades | |
|---|------------|
| Descrição | Quantidade |
| Adesões a Atas de Registro de Preços | 03 |
| Dispensas de licitação/Cotações Eletrônicas | 31 |
| Inexigibilidades de Licitação | 03 |
| Pregões Eletrônicos (nº de processos) | 11 |
| Convites Realizados | 01 |
| Suprimentos de Fundos Concedidos | 20 |

- Setor de Recursos Humanos

| Quadro de Ocorrências de Pessoal | |
|---|------------|
| Item | Quantidade |
| Aposentadorias | 04 |
| Servidores removidos da SR/DPF/AL | 14 |
| Servidores removidos para SR/DPF/AL | 10 |
| Vacâncias | 01 |
| Servidores empossados em cargos efetivos (até 04/12/08) | 02 |

- Registre-se, que outros setores internos da SR/DPF/AL, tais como: Corregedoria, Núcleo de Disciplina, Núcleo de Correições, Núcleo de Telecomunicações e Informática, Setor de Recursos Humanos, Setor de Atendimento Médico, Telecentro, Custódia, Núcleo de Administração, Protocolo, Núcleo de Execução Orçamentária, Núcleo de Transportes, Comissão de manutenção Predial, DELEPAT, DRCOR, DREX, DELINST, DELEFAZ e DELEMAPH, participam nas despesas executadas na Ação em tela, bem como os servidores policiais lotados nestes setores, quando do cumprimento de Missão Policial, geraram despesas, que foram discriminadas na Ação 2726, na Natureza de Despesa 3390.14.

2.3.4 - Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social

Dados gerais do Programa

| | |
|---|--|
| Tipo de programa | Apoio |
| Objetivo geral | Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de previdência social. |
| Gerente do programa | Informação não disponível |
| Gerente executivo | Informação não disponível |
| Indicadores ou parâmetros utilizados | Não possui |
| Público-alvo (beneficiários) | Governo |

2.3.4.1 - Ação 2272 –Gestão e Administração do Programa.

Dados gerais da Ação

| | |
|---|--|
| Tipo | Ação Orçamentária |
| Finalidade | Não disponível |
| Descrição | Não disponível |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | Departamento de Polícia Federal |
| Unidades executoras | 200358 |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Informação não disponível |
| Coordenador nacional da ação | Não há coordenador vinculado |
| Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) | Gabinete, Setor de administração e Logística Policial e DELEPREV |

- Os recursos descentralizados nesta Ação objetivaram à aquisição de materiais permanentes para a Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV, visando o reaparelhamento daquela especializada em consonância com Projeto de Reestruturação das DELEPREV's e Forças-Tarefa Previdenciária.
- Os materiais adquiridos foram distribuídos para a DELEPREV/SR/DPF/AL e encontram-se devidamente incorporados ao patrimônio da unidade, estando sob a guarda do Chefe da DELEPREV.
- A despesa retrossalientada foi realizada por meio da unidade gestora nº 200358 e agrupada na seguinte natureza de despesa:

- 34490.52 – R\$ 10.522,55

➤ Atividades desenvolvidas no âmbito da Ação:

- Aquisição dos materiais necessários ao reaparelhamento da DELEPREV.

- Quantidade de Inquéritos mantidos pela DELEPREV em 2008:

| INSTAURADOS | RELATADOS | ANDAMENTO |
|-------------|-----------|-----------|
| 77 | 31 | 180 |

2.3.5 - Programa 1453 – Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI

Dados gerais do Programa

| | |
|---|--|
| Tipo de programa | Apoio |
| Objetivo geral | Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social. |
| Gerente do programa | Informação não disponível |
| Gerente executivo | Informação não disponível |
| Indicadores ou parâmetros utilizados | Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes) |
| Público-alvo (beneficiários) | Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias: operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão. |

2.3.5.1 - Ação 8375 – Campanha do Desarmamento.

Dados gerais da Ação

| | |
|---|--|
| Tipo | Ação Orçamentária |
| Finalidade | Informação não disponível |
| Descrição | Informação não disponível |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | Departamento de Polícia Federal |
| Unidades executoras | 200358 |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Informação não disponível |
| Coordenador nacional da ação | Não há coordenador vinculado |
| Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) | Gabinete, Setor de administração e Logística Policial e DELEARM. |

➤ Os recursos descentralizados nesta Ação foram empregados no pagamento de indenizações pela entrega de armas, em consonância com a Campanha do Desarmamento.

➤ A despesa retrossalientada foim realizada por meio da unidade gestora nº 200358 e agrupada na seguinte natureza de despesa:

- 3390.93 – R\$ 25.100,00 (vinte e cinco mil e cem reais). Valor inscrito em Restos a Pagar R\$ 34.400,00 (trinta e quatro mil e quatrocentos reais).

➤ Atividades desenvolvidas no âmbito da Ação:

- Delegacia de Armas - DELEARM

| | |
|--|--------|
| Armas entregues (campanha do desarmamento) | 269 |
| Registros de Armas de Fogo | 10.820 |
| Transferências de armas de fogo | 178 |
| Porte de Armas de Fogo – concessão | 08 |

2.4 Desempenho Operacional

2.4.1 Evolução dos Gastos Gerais

| Descrição | Ano | | |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|
| | 2006 | 2007 | 2008 |
| 1. Passagens | 201.546,60 | 223.879,02 | 265.126,66 |
| 2. Diárias e Ressarcimento de despesas em viagem (contas: 339014.00 e 339093.02) | 930.572,12 | 1.215.907,23 | 768.656,76 |
| 3. Serviços Terceirizados (soma dos subitens: 3.1;3.2;3.3;3.4) | 824.939,14 | 1.150.692,58 | 997.187,67 |
| 3.1 Publicidade (Conta: 3391.39.47) | 12.209,92 | 8.744,69 | 7.795,20 |
| 3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação | 562.962,32 | 675.521,55 | 713.205,24 |
| 3.3 Tecnologia da informação | 5.285,00 | 2.200,00 | 3.700,00 |
| 3.4 Outras Terceirizações (Contas: 3390.39.57; 3390.39.16) | 110.493,20 | 254.613,89 | 217.281,78 |
| 3.5 Suprimento de Fundos (conta: 292410309)* | 133.988,70 | 209.612,45 | 55.205,45 |
| 4. Cartão de Crédito Corporativo | 44.125,16 | 40.190,82 | 25.066,68 |
| TOTAL** | 1.957.057,86 | 2.590.478,83 | 2.030.971,09 |

* Total de gastos com Suprimentos de Fundos, realizados por meio de Cartão corporativo e Conta Tipo "B", compreendendo as despesas nos elementos: 3390.30; 3390.36 e 3390.39.

** Valor TOTAL compreende o somatório dos itens: 1, 2, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4 e 3.5. Não foi considerado o item 3, por se tratar do somatório dos itens 3.1, 3.2, 3.3, 3.4 e 3.5; bem como o item 4, por retratar os valores gastos por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal, os quais são parte dos valores informados no item 3.5.

2.4.2 Avaliação das metas planejadas pela UJ para 2008

I - METAS POLICIAIS:

Meta 01 ... Simulação semestral do planejamento de mobilização policial (DREX/DRCOR)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Não foi elaborado o plano mensal de mobilização em razão do aperfeiçoamento do serviço de plantão e sobreaviso e do plantão do aeroporto. Trata-se de meta de treinamento e priorizada as ações concretas da atuação policial considerando o reduzido quadro de servidores policiais e evitar o agravamento da sobrecarga de trabalho.

Meta 02 ... Restabelecer o sistema de comunicação (DREX/NTI)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Foi instalada a IDR na torre da Concessionária de Telefonia Oi com 60 metros de altura e com cobertura em toda a cidade de Maceió – Al e operacionalizando os rádios analógicos e digitais disponíveis a atividade policial.

Meta 03 ... Elaborar plano de segurança para as eleições municipais de 2008 (DELINST)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: O plano de segurança foi elaborado em conjunto com a Secretaria de Defesa Social e a Corregedoria da Justiça Eleitoral e executado no conforme calendário das Eleições Municipais de 2008.

Meta 04 ... Formar equipe especializada em investigação de crimes eleitorais apurados em inquéritos policiais eleitorais (DELINST)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A Delegacia Especializada foi reforçada com a lotação de dois agentes e durante o período eleitoral mobilizado três delegados e equipes de apoio do Núcleo de Operações na prevenção e repressão aos crimes eleitorais, especialmente, nas denúncias recebidas da Ordem dos Advogados e da Corregedoria e Juízos da Justiça Eleitoral ou do Ministério Público. Desencadeamento da Operação Voto Nulo junto ao TRE/AL com cumprimento de 26 mandados de prisão em Maceió, Porto de Pedras e Barra de Santo Antonio para a prisão de prefeito e vereadores.

Meta 05 ... Investigações e mapeamento das causas de conflitos em terras indígenas. (DELINST)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Foi realizada operações e incursões em conjunto os Postos Indígenas da FUNAI junto aos grupos Wassu no Município de Joaquim Gomes e Xucuru-Kariri no Município de Palmeiras dos Índios, região de maior conflito na regularização das terras. E levantamento, em síntese, sobre os conflitos indígenas com os grupos Karrii-Xocó no Município de Porto das Pedras, Geripanco no Município de Pariconha, Tingui-Boto no Município de Feira Grande, Karapotó no Município de São Sebastião, tanto em relação a terceiros como também em facções dos próprios grupos na demarcação e homologação das terras indígenas no Estado de Alagoas.

Meta 06 ... Formação de equipe de segurança de dignitários. (DELINST)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A meta não foi considerada prioritária e não ocorreu visita de dignitários no ano de 2008. Trata-se de atividade de treinamento, considerando que os policiais são habilitados para o trabalho de segurança de dignitários, inclusive, parte deles integrando o cadastro geral e participando de eventos internacionais promovidos pelo Governo Federal com autoridades e organismos internacionais.

Meta 07 ... Atualização dos registros de armas furtadas, roubadas, extraviadas ou apreendidas no Sistema Nacional de Armas (DELINST)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: O Sistema (SINARM) teve seu banco de dados atualizados, a fim de melhor subsidiar as ações policiais e a integração com a Secretaria de Defesa Social. A desatualização ocorreu pelo emprego dos servidores responsáveis pela alimentação do sistema nas diversas fases da Campanha do Desarmamento do Governo Federal, a última em curso até 31/12/08.

Meta 08 ... Mapeamento do Estado sobre o contrabando e envolvimento com o crime organizado (DELEFAZ)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A Delegacia Especializada encontra-se assoberbada de trabalho em razão da distribuição dos inquéritos por especialização porque recebeu grande volume de inquéritos, os quais foram concentrados a fim de redistribuição racionalizada por matérias. Entretanto, a Unidade teve seu efetivo, drasticamente, diminuído durante o ano de 2008, quer pelo recrutamento ou concurso de remoção de servidores, obrigando a Delegacia a trabalhar com o efetivo mínimo.

Meta 09 ... Operações de repressão ao contrabando e descaminho (DELEFAZ)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Meta relacionada com a anterior e não cumprida pelo mesmo motivo ou seja, a Delegacia Especializada encontra-se assoberbada de trabalho em razão da distribuição dos inquéritos por especialização porque recebeu grande volume de inquéritos, os quais foram concentrados a fim de redistribuição racionalizada por matérias. Entretanto, a Unidade teve seu efetivo, drasticamente, diminuído durante o ano de 2008, quer pelo recrutamento ou concurso de remoção de servidores, obrigando a Delegacia a trabalhar com o efetivo mínimo.

Meta 10 ... Operação visando o combate aos crimes financeiros. (DELEFAZ)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Foi executada uma operação em conjunto com a Delegacia da Receita Federal na empresa imobiliária Marcio Raposo no Bairro da Ponta Verde em Maceió - AL, quando a Delegacia Especializada ainda se encontrava em vias de re-estruturação.

Meta 11 ... Mapeamento visando identificação dos autores do derrame de moeda falsa e produtos falsificados (pirataria) - (DELEFAZ)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Não cumprida pelo mesmo motivo das metas anteriores ou seja, a Delegacia Especializada encontra-se assoberbada de trabalho em razão da distribuição dos inquéritos por especialização porque recebeu grande volume de inquéritos,

os quais foram concentrados a fim de redistribuição racionalizada por matérias. Entretanto, a Unidade teve seu efetivo, drasticamente, diminuído durante o ano de 2008, quer pelo recrutamento ou concurso de remoção de servidores, obrigando a Delegacia a trabalhar com o efetivo mínimo.

Meta 12 ... Operação visando a repressão ao crime de falsificação e introdução de moeda falsa o combate aos crimes financeiros. (DELEFAZ)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Participação na Operação Galo Capote (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Alagoas, Amazonas e Rio Grande do Norte) na repressão de quadrilha responsável pela produção de 15.000 cédulas mensais no valor superior a R\$250.000,00, as quais eram fabricadas em São Paulo e colocadas no meio circulante de outros Estados, inclusive em Alagoas.

Meta 13 ... Operação visando a repressão ao crime de falsificação. (DELEFAZ)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Não cumprida pelo mesmo motivo das metas anteriores, ou seja, a Delegacia Especializada encontra-se assoberbada de trabalho em razão da distribuição dos inquéritos por especialização porque recebeu grande volume de inquéritos, os quais foram concentrados a fim de redistribuição racionalizada por matérias. Entretanto, a Unidade teve seu efetivo, drasticamente, diminuído durante o ano de 2008, quer pelo recrutamento ou concurso de remoção de servidores, obrigando a Delegacia a trabalhar com o efetivo mínimo.

Meta 14 ... Fiscalização de estrangeiros em situação irregular e constituição de pessoa jurídica de direito privado - (DELEFAZ)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Trabalho em conjunto com a Junta Comercial do Estado de Alagoas e Delegacia do Ministério do Trabalho averiguação de denúncias. Não foi efetuado serviço de fiscalização no comercio e sim trabalhos de fiscalização do trafico internacional no porto e aeroporto internacional.

Meta 15 ... Diminuir o prazo de conclusão dos processos de permanência, naturalização e reunião familiar. (DELEFAZ)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A demanda possibilitou a realização de mais diligencias externas e por conseqüência diminuiu o acumulo de processos e baixa do excesso de prazo para a conclusão dos processos na Delegacia.

Meta 16 ... Alimentar o Sistema Nacional de Procurados e Impedidos (SINPI) - (DELEFAZ)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: O sistema se encontra atualizado e decorre da demanda e tramitação dos mandados, os quais tramitam primeiro pelos órgãos de polícia judiciária,

sendo que os mandados de prisão da Justiça Federal são de cumprimento imediato e os mandados da Justiça Estadual são encaminhados somente para a inclusão no sistema. A rotina de tramitação dos mandados de prisão, contramandado, alvará de soltura e nota de culpa são constantemente aperfeiçoada e envolvem vários segmentos da Unidade na busca de seu cumprimento e imediata alimentação do sistema de procurados e impedidos.

Meta 17 ... Fiscalização de estrangeiros no litoral norte e sul do interior do Estado - (DELEFAZ)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Meta relacionada com a de número 14 e por idênticas justificativas não foi atingida e até mesmo porque se trata de diligências com incursão em aproximadamente em todo o interior do Estado. Foi executada a fiscalização de rotina e não justifica atingida a meta sequer parcialmente.

Meta 18 ... Aumento na fiscalização de vôo internacional e das empresas de transporte internacional (DELEFAZ)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Atingida porque foi feita mudanças estruturais no serviço de plantão do aeroporto, assim a designação de chefia, avanço de informatização, restabelecimento do sistema de comunicação, apreensão de drogas e apoio do canil da SR/DPF/PR, tudo a partir de ações conjuntas entre a delegacia especializada e a delegacia regional executiva.

Meta 19 ... Instalação da Comissão Permanente de Cadastro e Vistoria (DELEFAZ)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Meta não atingida. A unidade optou por implementar outras ações por meio da especializada, em face do grande volume de inquéritos e o baixo efetivo.

Meta 20 ... Retomar reuniões periódicas com a CESPOTOS. (DELEFAZ)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: As reuniões foram retomadas objetivando o controle da criminalidade na área portuária e suas imediações. Inclusive, também a instalação física do serviço de policiamento marítimo em área próximo próxima do cais porto e ainda porque se trata de questão de certificação internacional, além do intercâmbio entre órgãos policiais da Secretaria de Defesa Social e a Guarda Portuária, inclusive reuniões visando os navios de cruzeiro na alta temporada do turismo e a presença da embarcação Cisne Branco da Marinha Brasileira no Porto de Alagoas.

Meta 21 ... Implantar metodologia de controle de processos (DELEFAZ)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A nova metodologia foi implantada juntamente com a fomentação do uso do Sistema de Acompanhamento de Processo da Superintendência.

Trata-se de praticas e métodos que dependem de aperfeiçoamento de acordo com a demanda e necessidade de controles administrativos.

Meta 22 ... Avaliação e discussão das atividades regionais de polícia marítima, aérea e de fronteiras (DELEFAZ)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A Delegacia sofreu choque de gestão com a troca de chefia e pessoal do Serviço de Plantão do Aeroporto e elaborada outras mudanças de gestão e o planejamento estratégico do segundo semestre alinha com a Delegacia Regional Executiva.

Meta 23 ... Redução do prazo de agenda para expedição de passaporte (DELEFAZ)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A expedição do novo passaporte implantou nova tecnologia, a qual vem se adaptando a nova realidade e demanda reprimida conjugada da demanda por interesse dos usuários em substituir seus passaportes ainda validos e da adaptação dos servidores a nova tecnologia. Resultando o alongamento do prazo de expedição. Esclarecendo, que embora destacado como meta o prazo de agendamento de Alagoas é compatível com as demais congêneres.

Meta 24 ... Planejamento estratégico e operação de repressão a crimes previdenciários (DELEPREV)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A Delegacia conta com a Força Tarefa na repressão aos crimes contra a Previdência Social. Foi desencadeada a Operação Bengala contra grupo suspeito de falsificar documentos para obter benefícios com a participação de 130 policiais no cumprimento de 28 mandados de busca e apreensão em 8 municípios e a prisão de 21 pessoas

Meta 25 ... Concentração dos inquéritos policiais previdenciários e com priorização dos autos mais antigos ou complexos. (DELEPREV)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A concentração de inquéritos policiais que apuram crimes previdenciários foi em decorrência da redistribuição por especialidade. Delegacia recebeu um número elevado de autos e é a segunda maior carga da Unidade, entretanto, a concentração de inquéritos facilita a apuração dos crimes conexos e assemelhado tanto pela autoridade policial presidente como pelas autoridades da Força Tarefa e o planejamento de operação. A Delegacia sofreu solução de continuidade em sua reestruturação com a diminuição de servidores e aumento da sobrecarga de inquéritos, sem ocorrência da redistribuição racionalizada por matérias por carência de autoridades policiais lotadas ou em missão na Unidade.

Meta 26 ... Revisão dos Planos de Segurança Bancária (DELESP)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A meta decorre de obrigação legal e cumprida para a melhoria da segurança bancária. Trata-se de ação de polícia administrativa com repercussão no combate a roubo a banco que apresenta queda nos últimos dois anos, logo, é meta prioritária e atingida pelo cumprimento do planejamento de vistorias. .

Meta 27 ... Revisão das Autorizações de Funcionamento das Empresas de Vigilância e Transporte de Valores (DELESP)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A meta decorre de obrigação legal e cumprida pela execução do plano de vistorias e expedição da documentação. Fator relevante para o cumprimento de 100% do planejamento foi a redistribuição de inquéritos policiais por especialização desonerando servidores da delegacia de atribuições normais de polícia judiciária.

Meta 28 ... Revisão dos Alvarás de Segurança Orgânica (DELESP)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Idem a meta 27.

Meta 29 ... Revisão dos Certificados de Segurança (DELESP)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Idem a meta 27.

Meta 30 ... Revisão dos Certificados de Segurança (DELESP)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Idem a meta 27.

Meta 31 ... Operações de fiscalização das empresas cadastradas (DELESP)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: : Licença capacitação do chefe e aproveitamento da autoridade policial e parte dos servidores no cumprimento da Meta 03: Plano de segurança para as eleições municipais de 2008.

Meta 32 ... Operações de repressão de empresas clandestinas em todo o Estado. (DELESP)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Licença capacitação do chefe e aproveitamento da autoridade policial e parte dos servidores no cumprimento da Meta 03: Plano de segurança para as eleições municipais de 2008.

Meta 33 ... Realização de fiscalização de carros de transporte de valores. (DELESP)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Idem a meta 27.

Meta 34 ... Aumentar a arrecadação das taxas e multas (DELESP)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: O valor arrecadado foi de R\$ 160.000,00, contudo a meta não foi atingida.

Meta 35 ... Fomentar a repressão de crimes contra o meio ambiente ou patrimônio histórico (DELEPATH)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Delegacia não instalada fisicamente e servidores a serviço da Operação Taturana. Os inquéritos policiais dos crimes contra o meio ambiente e patrimônio histórico foram redistribuídos sem especialização. Participação em conjunto na “Operação Impacto Profundo” do IBAMA na região nordeste e desencadeada no Estado da Paraíba e com apreensão nove embarcações no litoral sul do Estado de Alagoas por pesca de camarão em zona proibida no mês de novembro.

Meta 36 ... Controle de audiências (NUCART)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A pauta eletrônica não foi implantada. Dificuldades na elaboração de um programa para informatização da pauta de todas as autoridades policiais para prática de atos de polícia judiciária

Meta 37 ... Comissão de expurgo (NUCART)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Constituída comissão de expurgo formada por escrivães em missão e após levantamento e comunicados oficiais a coisas em depósito foram encaminhadas conforme as suas destinações. Atendida a determinação das correições ordinárias.

Meta 38 ... Concentração dos dossiês dos autos de inquérito policial em andamento no cartório central (NUCART)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A meta foi cumprida em decorrência da operacionalidade e concomitante a redistribuição por especialização dos autos de inquérito policial na divisão do trabalho de polícia judiciária.

Meta 39 ... Destruição de documentos do arquivo (NUCART)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Meta não atingida. Embora o arquivo passivo contém documentos em desuso por decurso do prazo legal e a possibilidade de digitalização dos documentos e ainda da realização de curso específico na formação de agentes multiplicadores de arquivistas de documentos.

Meta 40 ... Atualização o sistema acompanhamento de procedimentos e do sistema nacional de processos. (NUCART)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Os sistemas corporativos encontram-se atualizados. Esclarecendo que o SIAPRO foi definitivamente implantado em toda a Unidade e a atualização do SINPRO é fiscalizada periodicamente nas correções parciais.

Meta 41 ... Treinamento periódico de tiro (NO - SAT)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Meta não atingida. Baixo efetivo de pessoal para atividades de treino, considerando o sacrifício do serviço ou do sistema de folgas.

Meta 42 ... Aumentar a quantidade de cumprimento de mandados de intimação (NO)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Meta não atingida. As correções apontam o prejuízo ao andamento dos autos dos inquéritos policiais; Entretanto, para a meta ser atingida era necessário o aumento da produtividade dos atos de polícia judiciária intra-autos, o que não aconteceu em relação ano anterior por conta da baixa de efetivo sofrido pela Unidade, especialmente, de autoridades policiais e escrivães e também o pequeno contingente de agentes lotados na Unidade, o que por si só, na qualidade de núcleo de operações central é insuficiente para não atingir a simples meta de cumprir a demanda dos mandados de intimação.

Meta 43 ... Aumentar a quantidade de cumprimento de mandados de prisão (NO)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Meta não atingida. Se ineficiente o núcleo de operações para aumentar o cumprimento de mandados de intimação pelo seu baixo efetivo, com maior razão não é eficiente para o cumprimento dos mandados de prisão ainda que em menor demanda porque se trata de diligência mais complexa conforme exposto na justificativa do desvio da meta anterior.

Meta 44 ... Aumentar a quantidade de ordens de missão cumprimento de mandados de prisão (NO)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Meta foi atingida em seu sentido amplo e não exclusivamente como responsável o núcleo de operações, certo que todas as delegacias

expedem ordens de missão. Em sentido estrito as ordens com pedido de diligências de campo destinada aos autos de inquérito policial e observado que causam prejuízo ao andamento dos feitos. Contudo, em seu conjunto a meta foi considerada como cumprida.

Meta 45 ... Controle de expedição de ordens de missão e mandados de intimação (NO)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A Delegacia Regional Executiva centralizou a expedição de ordens de missão por controle eletrônico em rede informatizada e por consequência de certo modo, embora, não especificamente mas concomitantemente se exerça o controle dos mandados de intimação porque os mesmos são cumpridos pelo cumprimento de ordens de missão.

Meta 46 ... Intercambio de inteligência policial com outras instituições e troca de informações estratégicas sobre quadrilhas e bandos que atuam no Estado (DRCOR)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A meta atingida esta contida no Sistema Nacional de Inteligência.

Meta 47 ... Superar a quantidade de droga apreendida no ano de 2007 (DRCOR)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Operação Coroa de repressão ao esquema de distribuição de drogas em Alagoas e Pernambuco com a prisão de oito pessoas em Maceió e apreensão de 29 quilos de crack, R\$ 79.000,00, quatro veículos, três motos e ramificação com o crime de pedofilia, contudo, a meta não foi atingida.

Meta 48 ... Desencadear operações de repressão aos crimes contra o patrimônio da União (DELEPAT)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Além da **Operação Bengala**, foi desencadeada a **Operação Contra Mão** em cumprimento a mandados de busca e apreensão e prisão em auto-escolas e circunscrições regionais de trânsito em Arapiraca e Região Agreste do Estado. Participação em ação conjunta em **Operação de Repressão a Roubo a Bancos** desencadeada pelo Estado de Sergipe e a prisão de oito integrantes que assaltaram o Banco Brasileiro de Descontos em Maceió – AL e **Operação Sonar** que cumpriu seis mandados de busca e apreensão expedidos pelo Tribunal de Justiça no município de Roteiro contra o prefeito e em Maceió contra militares.

Meta 49 ... Desencadear operações de repressão aos crimes contra o transporte de carga interestadual (DELEPAT)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Meta não atingida. Não foi desencadeada operação de crimes contra o transporte de carga interestadual a delegacia canalizou mais a repressão aos crimes contra o patrimônio da União.

Meta 50 ... Aumentar a Instauração e conclusão de inquéritos para investigação de tráfico de entorpecentes e crimes conexos (20 inquéritos policiais federais) - (DRE)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Meta não atingida.

Meta 51 ... Prevenção e repressão da prática do crime de “narcotráfico” e afins (tráfico de armas, lavagem de dinheiro etc.) - (DRE)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: **Operação Coroa** de repressão ao esquema de distribuição de drogas em Alagoas e Pernambuco com a prisão de oito pessoas em Maceió e apreensão de 29 quilos de “crack”, R\$ 79.000,00, quatro veículos, três motos e ramificação com o crime de pedofilia. Apreensões de 5 quilos de pasta base de cocaína no Aeroporto Zumbi dos Palmares em Rio Largo – AL. Auxílio do Canil da SR/DPF/PR na circunscrição do Estado de Alagoas na repressão e prevenção ao tráfico de drogas.

Meta 52 ... Alcance de volume de apreensões na ordem de meia tonelada de drogas ilícitas - (DRE)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Meta não atingida porque não foi realizada nenhuma operação de erradicação de maconha no interior do Estado que pudesse atingir a meta estabelecida.

Meta 53 ... Cumprir cartas precatórias recebidas – (COR)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Meta atingida porque concentrada as cartas precatórias em cumprimento e a serem cumpridas na Corregedoria Regional e cumpridas pelos núcleos de correição e disciplinar, logo com mais eficiência e controle porque desatrelado o cumprimento concomitantemente com a presidência de autos de inquérito policial nas delegacias especializadas. Meta decorrente da redistribuição por matéria e divisão do trabalho por especialidade.

Meta 54 ... Promover reuniões técnicas entre a Corregedoria, Delegacias Regionais, Delegacias, Núcleos e Setores Técnicos em atividades de polícia judiciária – (COR)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Foi elaborado o projeto de reuniões técnicas da Corregedoria Regional para resolução de conflitos e orientações da Corregedoria Geral ou do controle externo do Ministério Público ou do Poder Judiciário.

Meta 55 ... Igualar ou superar o número de laudos (516) e Informações Técnicas (87) elaborados em 2007 – (SETEC)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Meta atingida. 636 Laudos e 105 Informações Técnicas.

Meta 56 ... Promover reuniões periódicas entre o Setor Técnico Científico e as demais unidades de polícia judiciária (Delegacias Regionais, Corregedoria Regional, Delegacias Especializadas, Cartório e Núcleo de Identificação– (SETEC)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Meta parcialmente atingida porque embora acontecessem muitas reuniões entre alguns órgãos e o setor, entretanto, não foram periódicas e nem se obedeceu a um cronograma e sim as reuniões ocorreram de acordo com a necessidade e a demanda serviço técnico científico.

Meta 57 ... Promover reuniões periódicas entre o Setor Técnico Científico e outros órgãos de segurança pública federal ou estadual – (SETEC)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Meta parcialmente atingida com justificativa idem à meta anterior.

Meta 58 ... Superar dados estatísticos de polícia judiciária do ano de 2007 – (DREX/DRCOR/COR)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A quantidade de Inquéritos Instaurados foi acrescida em 40% (quarenta por cento), a de Inquéritos Relatados reduzida em 38% (trinta e oito por cento), a de Inquéritos em Andamento acrescida em 29% (vinte e nove por cento), a de Termos Circunstanciados acrescidos em 40% (quarenta por cento) e a de Cartas Precatórias reduzida em 21% (vinte e um por cento).

Meta 59 ... Incluir as metas policiais remanescentes do plano de metas anual de 2007– (DREX/DRCOR/COR)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: As metas remanescentes serão incluídas no plano de metas anual de 2009.

II - METAS ADMINISTRATIVAS:

Meta 01 ... Divisão das atividades policiais, administrativas e do policiamento preventivo especializado.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Foi efetivada a redistribuição dos autos dos inquéritos policiais, termos circunstanciados, registros especiais, cartas precatórias e processos, expedientes e serviços de acordo com a competência das unidades

Meta 02 ... Redistribuição do quadro de pessoal.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Foi efetivada a re-lotação dos servidores administrativos do quadro de pessoal decorrente da efetivação da meta anterior: Em paralelo, foi feita a redistribuição dos contratados dos serviços de limpeza e vigilância.

Meta 03 ... Terceirização de serviços.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Foi iniciado o processo de contratação e não concluído a contratação de mão-de-obra terceirizada, ademais a SR/DPF/AL formalizou 20 contratos cotinuados que deram suporte a manutenção dos serviços prestados a sociedade.

Meta 04 ... Re-estruturação do Gabinete da Superintendência.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Foi ampliada a área do gabinete com a construção de área privativa com sala de descanso e sanitários. Reorganizado o espaço físico do andar e anexada ao Gabinete a Delegacia Regional Executiva.

Meta 05 ... Adequação do organograma da Superintendência com a instituição dos serviços de chefia do gabinete e da comunicação social.

Re-estruturação do Gabinete da Superintendência.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Não foi criada a chefia de gabinete e designado um servidor para as atividades de comunicação social. Mantida a estrutura da secretaria.

Meta 06 ... Anexar a Delegacia Regional Executiva ao Gabinete do Superintendente.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A Delegacia Regional Executiva foi transferida e reinstalada junto ao Gabinete da Superintendência

Meta 07 ... Instituir a Delegacia de Dia.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A delegacia especializada não foi instalada porque não aprovada em outras superintendências e reorganizado o serviço de plantão e área de atendimento ao público das outras delegacias especializadas, a exemplo da Delegacia de Imigrantes, Segurança Privada e Delegacia Institucional, inclusive, nas áreas externas do Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares na fiscalização do trafego internacional.

Meta 08 ... Instituir o Grupo Tático Operacional.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A redução do efetivo do quadro de policiais não possibilitou o cumprimento da meta e reorganizado o setor de operações para suprir a inexistência do grupo e em casos excepcionais usar grupo de operações especiais do órgão central.

Meta 09 ... Instituir o Serviço Especial de Policiamento Marítimo.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A redução do efetivo do quadro de policiais não possibilitou o cumprimento integral da meta. A superintendência se encontra no aguardo da criação da Delegacia de Policiamento Marítimo pelo órgão central. Foi aproveitado espaço físico do anexo do depósito de guarda cartorária de veículos para a instalação física do serviço e ainda a aquisição de uma embarcação (lança rápida) junto a Superintendência Regional do Estado do Amazonas.

Meta 10 ... Instituir o Serviço de Planejamento Operacional da Delegacia Regional Executiva.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A meta foi cumprida quando da transferência do Setor de Operações para o local ocupado pela Delegacia Regional Executiva e a designação de autoridade policial para implantação do serviço de planejamento. A redução do efetivo e a transferência da autoridade policial designada impossibilitaram o cumprimento integral da meta e o planejamento operacional continua sendo executado na Delegacia Regional Executiva.

Meta 11 ... Instituir o Serviço de Prática Desportiva e Atividades Físicas.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: O serviço foi implantado com a designação de servidor habilitado (professor de educação física), aproveitamento das instalações da academia de ginástica, controle das atividades físicas e de desportos externas e controle da saúde dos praticantes junto ao Serviço de Assistência Médica.

Meta 12 ... Re-estruturação da Delegacia Regional Executiva.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A delegacia foi transferida e instalada junto ao Gabinete da Superintendência para unidade de comando nas substituições e por consequência a readaptação do gabinete, secretaria e delegacias especializadas subordinadas, setores, núcleos e serviços.

Meta 13 ... Re-organização da Delegacia Regional Executiva.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A delegacia foi fisicamente re-estruturada e

aproveitamento dos métodos e sistemas corporativos com treinamento de pessoal na operação, implantação e atualização dos sistemas. Substituir rotinas e práticas não informatizadas com eliminação de livros e documentos impressos. Os servidores lotados na delegacia regional e órgãos subordinados ou afetados receberam treinamentos específicos do sistema de acompanhamento de processo, do sistema nacional de procedimentos e sistema de acompanhamento de disciplinar, além de outros de gerenciamento de inquéritos policiais em implantação no âmbito nacional. Implantação de livros eletrônicos e treinamento e aquisição de novas ferramentas de informática de análise e informação.

Meta 14 ... Re-estruturação da Delegacia de Imigração.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Sem alterações das instalações físicas da delegacia e implementação de equipamentos de informática, notadamente, no serviço de tráfego internacional instalado no Aeroporto Internacional de Alagoas. Movimentação de servidores, inclusive, a substituição de chefia da delegacia e lotação de chefe do serviço de tráfego e plantão do aeroporto. Priorizado o atendimento ao público na emissão de passaporte com a redução do prazo de agendamento e fomentada a instrução dos processos de imigração com a redução de prazos para os respectivos encaminhamentos ao órgão central.

Meta 15 ... Re-estruturação da Delegacia de Institucional.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Instalada área de atendimento ao público relacionado com o Sistema Nacional de Armas, ou seja, serviço de registro e porte de arma, inclusive para atender ao Programa de Desarmamento do Governo Federal. A delegacia foi priorizada com a lotação de mais servidores, em especial, com reforço temporário em decorrência das Eleições Municipais. Observando que o baixo efetivo prejudicou o cumprimento da meta, entretanto, foi aumentado o efetivo de acordo com a limitação do quadro de servidores. A lotação de servidores ficou semelhante à de outras delegacias especializadas.

Meta 16 ... Re-estruturação da Delegacia de Crimes Previdenciários.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Instalações físicas sem alterações não obstante planejada reforma em suas instalações. A delegacia foi priorizada com a lotação de mais servidores, inclusive com duas autoridades policiais por decorrência da redistribuição especializada de inquéritos policiais recebendo a segunda maior carga da superintendência e ainda por continuidade da Fora Tarefa na delegacia. Observando que o baixo efetivo e a impossibilidade da manutenção de duas autoridades policiais prejudicaram o cumprimento da meta, entretanto, foi aumentado o efetivo de acordo com a limitação do quadro de servidores. A lotação de servidores ficou semelhante à de outras delegacias especializadas.

Meta 17 ... Re-estruturação da Delegacia de Segurança Privada.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A delegacia foi ampliada com a nova área de

atendimento ao público e lotação de servidores. Foi beneficiada com a divisão de trabalho por competência na redistribuição de inquéritos policiais e atribuições somente administrativas e desonerada autoridade policial da carga de inquéritos policiais por redistribuição. A delegacia foi priorizada com a lotação de mais servidores, em especial, na área de atendimento ao público. Observando que o baixo efetivo prejudicou o cumprimento da meta, entretanto, foi aumentado o efetivo de acordo com a limitação do quadro de servidores. A lotação de servidores ficou semelhante à de outras delegacias especializadas.

Meta 18 ... Instalação da Delegacia do Meio Ambiente e do Patrimônio Histórico.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Delegacia sem instalações físicas e lotada apenas de uma autoridade policial, a qual foi designada para dar continuidade a Operação Taturana, cujas atribuições de coordenação e presidência dos feitos prejudicaram o cumprimento da meta. A redistribuição especializada sofreu parcimônia em sua solução de continuidade. Observando que o baixo efetivo e o emprego de parte do efetivo previsto da delegacia foi deslocado para atender a urgência e necessidade da operação, situações que prejudicaram o cumprimento da meta.

Meta 19 ... Re-estruturação do Núcleo do Cartório.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Instalações físicas sem alterações não obstante planejado reforma em suas instalações. O depósito e seus anexos (pátios) de coisas apreendidas foram regularizados pela comissão de expurgo com apoio de servidores de outras unidades. O treinamento dos escrivães para o programa de gerenciamento de inquéritos se encontra em andamento e já iniciada a preparação de sua instalação com aquisições de equipamentos de informática para rodar o programa do órgão central. O cartório é central e atende as duas delegacias regionais e foi priorizada a lotação e movimentação de servidores nas delegacias especializadas, em especial, por decorrência da redistribuição especializada de inquéritos e tamanho da carga. Observando que o baixo efetivo prejudicou o cumprimento da meta, entretanto, foi mantido o efetivo de acordo com a limitação do quadro de servidores.

Meta 20 ... Re-estruturação do Núcleo de Operações.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: O núcleo foi transferido para a área ocupada pela Delegacia Regional e ampliado para a instalação do serviço de planejamento operacional. Foi feita a redistribuição de pessoal em razão da divisão do trabalho por competência e de acordo com a carga recebida pelas delegacias especializadas e mantida no núcleo parte do efetivo para execução de suas atribuições específicas e atendimento de toda a superintendência. Observando que o baixo efetivo prejudicou o cumprimento da meta, entretanto, foi mantido o efetivo de acordo com a limitação do quadro de servidores.

Meta 21 ... Reorganização do Serviço de Armamento e Tiro.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Não foi possível a reorganização do paiol e as rotinas da guarda, uso de armas e munições nem mesmo com a re-estruturação do núcleo de operações e por consequência não regulamentação do treinamento periódico de tiro. O excesso de trabalho operacional e o baixo efetivo não viabilizaram a reorganização do serviço de armamento e tiro. Observando que o serviço é subordinado ao núcleo de operações que é órgão central e atende a toda a superintendência.

Meta 22 ... Reorganização do Serviço de Plantão Permanente e Sobreaviso.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: O serviço de plantão do edifício sede foi reformulado em conjunto com as mudanças do serviço de plantão de fiscalização do aeroporto e integrados via rádio e eletronicamente na transmissão de dados decorrentes da implantação dos livros eletrônicos de ambos os serviços. A reformulação do serviço foi projeto de base para a implantação da delegacia de dia, o que era meta específica e não foi atingida. O sistema de rodízio de pessoal foi mantido. A criação da área de atendimento ao público das delegacias especializadas favoreceu o serviço de plantão e colaborou com o atendimento da meta.

Meta 23 ... Reorganização do Núcleo de Custódia.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: As novas rotinas implantadas não adquiriram o status de re-organização do serviço e foi mantida a estrutura atual. O projetado parlatório não foi construído e considera-se como um projeto de base para as alterações das instalações físicas do núcleo. O quadro de pessoal foi mantido e fomentou-se a integração com o serviço de plantão e núcleo de operações. O baixo efetivo e a carência de recursos aliadas ao projeto de mudança das instalações físicas da superintendência não possibilitou o cumprimento da meta.

Meta 24 ... Instalar a Delegacia de Armas.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A delegacia foi instalada no espaço físico das delegacias especializadas da Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado e aproveitamento da estrutura de mobiliários e equipamentos. A lotação é reduzida aos cargos de delegado e escrivão. A carga de inquéritos policiais por redistribuição especializada é pequena e a delegacia apóia a redistribuição por matéria das delegacias regionais. O baixo efetivo dificultou o cumprimento da meta.

Meta 25 ... Execução do projeto da sala de análise da Delegacia de Repressão Entorpecente e a instalação da delegacia na antiga sala de análise.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: O projeto de sala de análise da delegacia especializada foi arquivado. O centro de inteligência policial é órgão central e atende toda a superintendência. A delegacia continuou instalada conforme disposição da delegacia regional, até mesmo porque a meta foi proposta por chefe anterior da delegacia.

Meta 26 ... Aprimorar equipamentos de inteligência.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: As ferramentas de inteligência é um programa de sistemas do órgão central e os servidores desta regional participam do treinamento e implantação na superintendência. Assim, prejudicado o cumprimento da meta elaborada antes da criação do programa em âmbito nacional e considerada a meta com parcialmente cumprida.

Meta 27 ... Aquisição de materiais de investigação.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A meta foi proposta pela delegacia especializada e aquisição de materiais de investigação e sem cumprimento por tratar-se de planejamento em âmbito regional e de acordo com as orientações e aquisições do órgão central. O material disponível atende a demanda é de uso comum dos serviços de investigação e inteligência.

Meta 28 ... Re-organização do serviço de fiscalização e controle de produtos químicos

Aquisição de materiais de investigação.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: O serviço não foi reorganizado. O chefe da delegacia foi transferido à disposição da Secretaria de Defesa Social. A sala de atendimento ao público de uso comum pelas delegacias especializadas não pode ser considerada como indicador de reorganização por si só. Foi mantida a estrutura do serviço de fiscalização e a meta não foi atingida.

Meta 29 ... Re-estruturação da Corregedoria Regional.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Embora sem alteração das instalações foi retomada as estações de serviços de correição e disciplinar, bem como, a sala de comissões processantes. As cartas precatórias foram redistribuídas para cumprimento pela corregedoria. O projeto de construção de uma sala na corregedoria para a chefia do núcleo disciplinar foi embutido no projeto de ampliação da Delegacia de Crimes Previdenciários, embora aprovado não fosse executado e se encontra suspenso porque em andamento projeto de reforma de espaços internos de todo o edifício sede. A corregedoria ficou sem chefia no quarto trimestre o que prejudicou atingir a meta.

Meta 30 ... Lotação do Quadro de Servidores da Corregedoria Regional e exclusividade no exercício das funções decorrente da competência da unidade e atribuições do cargo de chefia e das demais funções equivalentes.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Os núcleos foram lotados por autoridades policiais e escrivães. Entretanto. A exclusividade de exercício das funções não foi cumprida pela carência de pessoal, notadamente, escrivães e policiais, assim utilizados no sistema de

rodízio do serviço de plantão e em operações dentro e fora da circunscrição da superintendência, inclusive, de servidores administrativos.

Meta 31 ... Re-estruturar o Núcleo de Disciplina.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: O núcleo foi lotado por uma autoridade policial e escrivão e com inversão de substituição eventual com os servidores lotados no núcleo de correição. Foi dado treinamento aos servidores lotados para operacionalização do sistema de acompanhamento disciplinar ministrado por servidor da Coordenação de Disciplina da Corregedoria Geral e sua conseqüente alimentação exigida pelo Programa Transparência Brasil do Governo Federal. Também dos demais sistemas usados pelo núcleo de correição em face da tergiversação de substituição eventual. Retomado os espaços físicos e mobiliários da área de trabalho e da comissão disciplinar.

Meta 32 ... Re-estruturar o Núcleo de Correição.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: O núcleo foi lotado por uma autoridade policial e escrivão e com inversão de substituição eventual com os servidores lotados no núcleo de disciplinar. Foi dado treinamento aos servidores lotados para operacionalização dos sistemas de acompanhamento de processo e sistema nacional de procedimentos ministrados por servidores da Coordenação de Correições da Corregedoria Geral. Também dos demais sistemas usados pelo núcleo de correição em face da tergiversação de substituição eventual. Adequado o espaço físico da área de trabalho do núcleo.

Meta 33 ... Instituir o Núcleo de Assuntos Internos.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Trata-se de meta não prioritária e de projeção regional da Coordenação de Assuntos Internos. A carência de pessoal, espaço físico e mobiliário obstaculizaram o cumprimento da meta. As atribuições foi executadas pelo órgão central.

Meta 34 ... Instituir o Serviço de Cartas Precatórias.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: O serviço foi instituído e executado pelos núcleos de correição e disciplinar, ambos, lotados de autoridade policial e escrivães com apoio das Delegacias Regionais. As cartas precatórias foram redistribuídas, concentradas e cumpridas no espaço físico da Corregedoria Regional

Meta 35 ... Instituição do Serviço de Disciplina.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Foi retomado o espaço físico destinado as autoridades sindicantes ou comissões disciplinares e instituída a primeira comissão disciplinar permanente da Corregedoria Regional. O serviço continua funcionando com servidores de outros setores por carência de pessoal não só da corregedoria com da superintendência e

observada as questões de perfil e proibições dos servidores com atribuições ao serviço.

Meta 36 ... Instituir o Programa de Reunião Técnica.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: O programa foi aplicado pela corregedoria regional em especial com relação a correição parcial e junto com as delegacias regionais. Assim, solucionados os problemas detectados e transmissão de recomendações e posicionamentos do órgão central e de outros órgãos da hierarquia funcional decorrentes da atividade de policia judiciária.

Meta 37 ... Treinamento dos servidores lotados na Corregedoria para operar os sistemas corporativos implantados e de interesse do Gabinete, Secretaria, Núcleo de Correições e Núcleo de Disciplina. (SIAPRO, SINPRO e SAD).

Instituir o Programa de Reunião Técnica.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: O treinamento de operacionalização dos sistemas corporativos ministrados pelas coordenações do órgão central com deslocamento de servidor foi aplicado na corregedoria regional e com a participação de servidores de outros serviços, setores, núcleos e delegacias diretamente afetados pelos sistemas corporativos de uso comum aplicado a superintendência.

Meta 38 ... Implantar rotina da correição parcial.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Foi implantado o programa de correição parcial, regulamentando as atividades e complementando a meta administrativa acima (37).

Meta 39 ... Contratar empresas prestadoras de serviço.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Foi iniciado o processo de contratação em andamento com objeto de terceirizar outros serviços a exemplo da contratação dos serviços de limpeza e vigilância.

Meta 40... Estabelecer rotina de atendimento das solicitações de aquisições de bens e serviços.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Não foi elaborado o programa de rotina administrativa para atendimento das solicitações de aquisição a fim de atender as necessidades da unidade.

Meta 41... Estruturar a Comissão Permanente de Licitação.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Meta não cumprida porque não foi possível alterar os espaços gerais do edifício sede com mudança do “lay out” das instalações físicas da unidade e por consequência a aquisição de materiais para atender as necessidades da Comissão Permanente de Licitação.

Meta 42... Reestruturar da Seção de Administração de Logística (SELOG)

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Meta não cumprida porque não foi possível a readequação dos espaços do edifício sede e reorganização geral das instalações físicas de todos os órgãos da unidade de acordo com as necessidades de cada um deles.e no caso específico a Seção de Administração e Logística para adequação de seus setores e serviços.. Além da deficiência do quadro de servidores administrativos.

Meta 43... Aquisição de material; permanente.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Em que pese o não atendimento de todas as demandas s da unidade, fato atribuído a não liberação de recursos, baixo efetivo, falta de capacitação das unidades solicitantes e outros, várias aquisições foram realizadas no decorrer do exercício, a destacar a aquisição de mobiliário padrão, compra de aproximadamente R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Meta 44 ... Reestruturar do Setor de Recursos Humanos.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Meta não cumprida porque não foi possível a readequação dos espaços do edifício sede e reorganização geral das instalações físicas de todos os órgãos da unidade de acordo com as necessidades de cada um deles e no caso especificamente o Setor de Recursos Humanos; além da insuficiência do quadro de pessoal.

Meta 45 ... Atualização permanente dos cadastros do setor de recursos humanos.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: O cadastro do setor foi atualizado.

Meta 46 ... Contratação de pessoal técnico na área de informática.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A meta não foi cumprida porque iniciado o processo de contratação de empresa par terceirização de atividades e ainda não concluído, não obstante, a necessidade de contratação para execução de serviços especializados na área técnica.

Meta 47 ... Promover eventos de capacitação e desenvolvimento dos servidores e parcerias

com outros órgãos públicos e instituições de ensino.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Foi realizado o Encontro de Corregedores da Região Nordeste em Maceió no auditório desta unidade e em conjunto com a Corregedoria Geral do Departamento e a Academia Nacional de Polícia e outras Superintendências, além da participação de servidores no Curso Especial de Polícia da Academia Nacional e outros de especialização a exemplo dos cursos de Implantação do Sistema de Gerenciamento de Inquéritos e dos Cursos de Ferramentas Avançadas na área da informática.

Meta 48 ... Promover encontros bimestrais dos agentes multiplicadores

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A meta não foi cumprida e não foi possível a promoção dos encontros pela carência de efetivo e acúmulo de serviço nos mais diversos órgãos da unidade.

Meta 49 ... Manutenção do prédio com as ações previstas e projetadas no “check list” de 2006.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Foi dada continuidade ao trabalho de manutenção através da COTSEAMA e de conformidade com as possibilidades orçamentárias e financeiras.

Meta 50 ... Serviços de engenharia em decorrência do trabalho da Comissão de Mudança de “lay out” do prédio.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A meta não foi cumprida. Foi executado o levantamento do quadro de situação e mantido o projeto original de suas instalações, não obstante inadequado e já executado pequenas adaptações. O cumprimento da meta requer projeto arquitetônico interno do edifício com reaproveitamento de espaços e mobiliários o que não foi possível no decorrer do exercício.

Meta 51 ... Estabilização do sistema de ar condicionado central e aquisição de um compressor “pivotante” .

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A meta não foi cumprida porque se trata de equipamento de alto custo e sem possibilidade no exercício de recursos orçamentário ou financeiro para a aquisição do equipamento, o qual é composto por um conjunto de dois compressores do segundo motor do sistema geral de ar condicionado central.

Meta 52 ... Eliminar insetos e ratos duas vezes por ano no prédio.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A meta não foi cumprida e não contratada empresa especializada porque em razão do quadro de situação do prédio, inclusive, foi executado o expurgo do depósito de coisas apreendidas que é o foco central da dedetização.

Meta 53 ... Adequar as instalações do Setor Técnico Científico.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A meta não foi cumprida porque mantido o projeto original da divisão interna do prédio (meta 51) e por consequência não foi possível a readequação do espaço físico e instalações do setor.

Meta 54 ... Atingir as metas administrativas não atingidas do plano de metas anual de 2007.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A meta foi cumprida parcialmente porque não cumpridas todas as metas previstas no plano de anterior, entretanto foram reavaliadas e recolocadas isoladamente ou no conjunto das metas do plano de metas de 2008.

III – METAS INSTITUCIONAIS:

Meta 01 ... Instituir um programa anual de organização e método na unidade. (PO & M-2008).

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Foi elaborado o Programa de Organização e Métodos da Superintendência Regional contendo projetos gerais ao Gabinete da Superintendência e aos órgãos de subordinação direta. A meta foi parcialmente cumprida porque não executado por deficiência do quadro de pessoal e substituições na Delegacia Regional Executiva e Corregedoria Regional, responsáveis pela implantação do programa.

Meta 02 ... Elaborar relatórios institucionais da unidade (estatístico, metas e gestão) e instituir o serviço de estatística e controle de atividades da unidade.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Foram elaborados institucionais da unidade. A meta foi cumprida parcialmente porque não implantado o Programa de Estatística elaborado, cujo serviço foi executado pela Secretaria do Gabinete, Delegacias Regionais e Corregedoria Regional.

Meta 03 ... Restabelecer as solenidades, atividades cívicas e cerimônias institucionais.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Foi dado cumprimento a instrução normativa que rege a matéria, assim as solenidades de hastear as bandeiras, culto a galeria de valores, solenidades de posse e cerimônias institucionais do dia da policia e aniversario do Departamento de Policia Federal e participação em solenidades oficiais municipais, estaduais e federais.

Meta 04 ... Ampliação do edifício sede

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A meta não foi cumprida porque a construção do segundo piso trata-se de obra de engenharia e vinculada ao projeto original. A unidade não foi autorizada pelo órgão central e vinculada a reorganização do projeto arquitetônico interno de divisão do prédio, cuja meta administrativa encontra-se em fase de levantamento do quadro de situação e elaboração de projeto para readequação dos espaços físicos, divisórias e mobiliários, também em fase de aquisição mobiliários.

Meta 05 ... Aquisição, concessão ou locação de imóveis.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: A meta não foi cumprida porque foi reaproveitado parte do quintal do prédio e terreno externo de guarda de veículos apreendidos, assim em razão do expurgo do depósito e guarda cartorária, bem como por concessão da Marinha. Área onde se embrionia o Serviço de Policiamento Marítimo da Unidade e futuro Serviço de Fiscalização do Tráfego Internacional Marítimo.

Meta 06 ... Fomentar as relações institucionais com órgãos públicos do poder executivo, legislativo e judiciário.

Indicador ou parâmetro utilização na análise, Atingida:

SIM NÃO PARCIALMENTE

Metas físicas e financeiras: custo não estimado

Avaliação do resultado da meta: Foi fomentada a política institucional decorrente da hierarquia funcional e orgânica com outras municipais, estaduais e federais, até mesmo com organismos internacionais através da Representação Regional da Divisão de Polícia Internacional do Departamento; assim a participação em eventos, palestras, solenidades e cerimônias oficiais.

2.4.2.1 Utilidade:

- Identificar os percentuais de atingimento de metas.

2.4.2.2 Tipo:

- Eficácia

2.4.2.3 Forma de cálculo:

- Identificar nas metas planejadas pela unidade para o exercício em análise, a quantidade daquelas atingidas, as não atingidas e as atingidas parcialmente.

2.4.2.4 Método de aferição:

- Identifica-se total de metas de cada parâmetro: atingidas, não atingidas e parcialmente atingidas; e divide-se pelo total de metas estimadas para cada grupo: Institucionais, Policias e Administrativas.

2.4.2.5 Área responsável pelo cálculo e/ou medição:

- Setor de Administração e Logística Policial – SELOG

2.4.2.6 Resultado do indicador do exercício:

| | | | |
|---|----------|----------------|---------------|
| Parâmetros de medição da eficácia da unidade. | Grupos | | |
| | Policial | Administrativa | Institucional |

| | Quant. | % | Quant. | % | Quant. | % |
|-------------------------------|-----------|---------------|-----------|---------------|-----------|---------------|
| ATINGIDAS | 35 | 59,32 | 25 | 46,30 | 02 | 33,33 |
| ATINGIDAS PARCIALMENTE | 05 | 08,48 | 12 | 22,22 | 02 | 33,33 |
| NÃO ATINGIDAS | 19 | 32,20 | 17 | 31,48 | 02 | 33,33 |
| TOTAL | 59 | 100,00 | 54 | 100,00 | 06 | 100,00 |

2.4.2.7 Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

- O maior problema enfrentado pela SR/DPF/AL é o baixo número de servidores. Verifica-se, por exemplo, nas metas: policiais - 01,08,09,11,13,17,41,42,43; administrativas -08, 09, 10, 18, 21, 30, 33; e institucionais – 01; que o motivo principal para o não atingimento daquelas é a referida escassez da força humana.

4.2.1.8 Medidas adotadas para tratar as causas de insucesso e os responsáveis:

- A unidade vem reiteradamente encaminhado solicitações de pessoal à Direção Geral, contudo, o atendimento dos pleitos está na dependência do ingresso de novos servidores, por meio de concursos públicos.

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

(NÃO HOUVE OCORRÊNCIA NO PERÍODO)

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

| ANO DE INSCRIÇÃO | RP PROCESSADOS | | | | RP NÃO-PROCESSADOS | | | |
|------------------|----------------|------------|-------|---------|--------------------|------------|------------|-----------|
| | Inscritos | Cancelados | Pagos | A Pagar | Inscritos | Cancelados | Pagos | A Pagar |
| 2006 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 633.181,00 | 203.770,23 | 429.410,77 | 0,00 |
| 2007 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 91.337,50 | 0,00 | 73.123,37 | 18.214,13 |
| 2008 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 39.365,48 | 25.927,08 | 31.652,53 | 0,00 |
| Total | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 763.883,98 | 229.697,31 | 534.186,67 | 0,00 |

- Não houve no exercício de 2008 a permanência de Restos a Pagar inscritos há mais de um exercício financeiro.
- Verifica-se que no exercício de 2007 ocorreu a permanência de R\$ 18.214,13 (dezoito mil duzentos e quatorze reais e treze centavos), porém os valores foram cancelados em 2008 e só permaneceram inscritos, em face de erro na previsão de valores a serem pagos para contratos continuados (água, energia, telefonia...) no final do exercício de 2007. Saliente-se que nenhum valor de Restos a Pagar inscritos ao final do exercício de 2006 foi pago no exercício de 2008.

5. Demonstrativo de Transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

| Tipo * | Código Siafi/ Siasg | Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos | Objeto da avença | Data de publicação no DOU | Valor total pactuado | Valor total recebido ou transferido no exercício | Contrapartida | Beneficiário (Razão social e CNPJ) | Situação da avença (alcance de obj. e metas, prest. de contas, sindic., TCE S/N?) ** |
|--------|---------------------|---|-------------------------|---------------------------|----------------------|--|---------------|--|--|
| 8 | 540127 | - | Cessão de equipamentos. | - | - | 151.679,88 | - | 59º Batalhão de Infant. Motorizado 09571854/0001-00 | Materiais transferidos. |
| | | | | | | 26.640,00 | | Capitania dos Portos de Alagoas 00.394.502/0034-02 | |
| | | | | | | 72.525,65 | | 20ª Circunscrição de Serviço Militar 09.566.477/0001-03 | |
| | | | Transferência de | | | | | Diversas unidades do | Equipamentos |

| | | | | | | | | | |
|---|--------|---|--|---|---|--------------|---|--|----------------------------|
| 8 | 540450 | - | materiais dentro do órgão (DPF). | - | - | 250.845,53 | - | Departamento de Polícia Federal. | transferidos. |
| 8 | 540451 | - | Equipamentos recebidos para utilização nas atividades fins e meio. | - | - | 2.351.004,40 | - | Superintendência Regional do Departamento da Polícia Federal em Alagoas 00.394.494/0020-07 | Equipamentos incorporados. |

6. Previdência Complementar Patrocinada.

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UNIDADE JURISDICIONADA)

7. Fluxo financeiro de projetos financiados com recursos externos.

| Discriminação (código do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador) | Custo Total | Empréstimo contratado (ingressos externos) | | Contrapartida nacional | Valor das transferências de recursos (individualizar por motivo) | | | Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa | |
|--|-------------|--|-----------|------------------------|---|--------------|----------------------------|---|-------------------------------------|
| | | Previsto | Realizado | | Motivo (amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros) | Valor no ano | Valor acumulado no projeto | Motivos que impediram ou inviabilizaram | Providências adotadas para correção |
| * | * | * | * | * | Aquisição de bens e contratação de serviços objetivando a instalação dos laboratórios de Perícias Áudio-visuais e Eletrônicas e de Perícias de Meio-Ambiente no Setor Técnico da SR/DPF/AL – Projeto PROMOTEC /PRO-AMAZÔNIA | 87.324,83 | * | 1- Licitação se deu por deserta. 2. Não restou tempo hábil para a realização de novo certame e consequente execução do objeto, tendo em vista que o prazo para liquidação e pagamento foi de até 15/11/2008. | * |

* Informações centralizadas no Departamento de Planejamento e Projetos – DPP/CPLAN/DLOG/DPF

- **Avaliação Crítica:** As aquisições e contratações pretendidas para os Laboratórios de Perícias Áudio-Visuais e Eletrônicas e Perícias de Meio-ambiente não foram possíveis de serem implementadas em face do pouco tempo restante para licitar e executar os respectivos objetos, após formalização dos processos. A SR/DPF/AL foi surpreendida com a informação do termino do convênio PROMOTEC/PRÓ-AMAZÔNIA, que obrigou as unidades contempladas a executarem os orçamentários liberados até 15/11/2008, diferentemente do ocorrido no exercício anterior, quando o prazo foi 15/12/2007. Considerando que o tipo de despesa, resultante das aquisições em tela, não poderiam ser inscritas em Restos a Pagar e do exíguo prazo para a execução dos objetos pretendidos, não foi possível utilizar os orçamentos disponibilizados. A unidade aguarda a formalização de novo convênio para envidar esforços no sentido de realizar as aquisições e contratações necessárias para melhoria dos serviços prestados pelo Setor Técnico Científico – SETEC, especialmente os realizados nos laboratórios retrossalientados.

8. Renúncia Tributária

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UNIDADE JURISDICIONADA)

9. Declaração sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia.

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UNIDADE JURISDICIONADA)

10. Operação de fundos.

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UNIDADE JURISDICIONADA)

11. Despesas com Cartão de crédito

| Tabela x - Cartão de Crédito Corporativo: série histórica das despesas | | | | | |
|--|------------|---------------|------------|---------------|---------------|
| Ano | Saque | | Fatura | | Total |
| | Quantidade | Valor | Quantidade | Valor | |
| 2006 | 127 | R\$ 30.160,00 | 37 | R\$ 13.965,16 | R\$ 44.125,16 |
| 2007 | 54 | R\$ 20.010,00 | 34 | R\$ 20.180,82 | R\$ 40.190,82 |
| 2008 | 43 | R\$ 12.020,00 | 29 | R\$ 13.046,68 | R\$ 25.066,68 |

Tabela Y – Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesa da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005.

Limite de utilização total da UG: R\$ 200.000,00 (no exercício de 2008)

Natureza dos gastos permitidos: 3390.30 – 3390.36 – 3390.39 – 4490.52. Visando atender despesas eventuais e de pequeno vulto, para compras e contratação de serviços, para execução de obras e serviços de engenharia e para despesas em viagem e serviços especiais (estes últimos voltados para as atividades peculiares do Departamento de Polícia Federal), que não possam ser subordinadas ao processo normal de execução.

Limites Concedidos a cada portador

| Portador | Limite |
|-------------------------------|-----------|
| MURILO CASTELÕES DE ALMEIDA | 4.000,00 |
| WALTER LEITE DE OLIVEIRA | 4.500,00 |
| MARIA ALCINA GRANGEIRO COSTA | 2.000,00 |
| LUIZ LUNA DE ARAÚJO | 800,00 |
| DANIELLE GUEDES SOUZA | 600,00 |
| JANE MEIRE BARBOSA SILVA | 3.900,00 |
| DAVID BRASO | 3.900,00 |
| LUIZ LUNA DE ARAÚJO | 800,00 |
| JÚLIO SERGIO COSTA | 16.000,00 |
| WALTER LEITE DE OLIVEIRA | 2.680,00 |
| MURILO CASTELÕES DE ALMEIDA | 4.000,00 |
| ANTÔNIO DELFINO DE CASTRO | 500,00 |
| WALTER LEITE DE OLIVEIRA | 2.500,00 |
| ANTÔNIO DELFINO DE CASTRO | 1.000,00 |
| GUILHERME OLIVEIRA CARDOSO | 2.000,00 |
| TOMÉ CARLOS DE V. ALBUQUERQUE | 6.000,00 |
| WALTER LEITE DE OLIVEIRA | 4.000,00 |
| MARCUS PAULO DE PAIVA TORRES | 5.000,00 |

12. Recomendações do órgão ou Unidade de Controle Interno

12.1 Número do Relatório : 208248

12.1.1 Item do Relatório: 3.2.3.1

12.1.2 Recomendação:

Que a unidade utilize a modalidade adequada de licitação para contratar serviços ou adquirir materiais não amparados pelo item 1.1 da Instrução Normativa nº 09/DG/DPF, de 09/12/2004.

12.1.3 Setor responsável pela implementação das providências: Núcleo de Inteligência Policial – NIP

12.1.4 Providências adotadas:

- A chefia do Núcleo de Inteligência Policial – NIP, área da SR/DPF/AL que executa verbas de caráter sigiloso, informou, por meio do Memorando nº 114/2009-NIP/AL, que “tem recomendado os supridos no sentido de preferencialmente realizar aquisição de material e contratação de serviços onde exista aceitação do cartão corporativo VISA, atentando para os ditames da Lei Geral de Aquisições nº 8.666”.
- Verifica-se, também, no item 2.4 uma redução de gastos com adiantamentos (Suprimentos de Fundos), que é reflexo do esforço da unidade em utilizar esse tipo de gastos, apenas, com despesas pequenas e eventuais, conforme determina a legislação pertinente.

12.2 Número do Relatório : 208248

12.2.1 Item do Relatório: 4.2.1.3

12.2.2 Recomendação:

Proceder conforme determina o Art. 46 da Lei 8.112/90 quanto aos valores pagos indevidamente ao servidor matrícula SIAPE 0174269.

12.2.3 Setor responsável pela implementação das providências: Setor de Recursos Humanos – SRH

12.2.4 Providências adotadas:

- Atendidas as recomendações da CGU, processos de devolução formalizado e valores reclamados devolvidos ao erário. Providências implementadas.

12.3 Número do Relatório : 208248

12.3.1 Item do Relatório: 4.2.1.4

12.3.2 Recomendação:

RECOMENDAÇÃO: 001 - Considerando o que estabelece o Art. 1º do Decreto 2.251/1997, providenciar o recadastramento dos aposentados matrícula SIAPE 0140203, 0173401, 0174268, 0174269. Não ocorrendo o recadastramento devido, devem ser observadas as determinações do Art. 3º do Decreto 2.251/1997 e do Acórdão 2349/2006-Plenário do TCU.

RECOMENDAÇÃO: 002 - Observar as determinações dos artigos 1º e 3º do Decreto 2.251/1997 e do Acórdão 2349/2006-Plenário do TCU para o pagamento dos aposentados e pensionistas da Unidade.

RECOMENDAÇÃO: 003 - Considerando o disposto no Art. 4º do Decreto 2.251/1997, solicitar, aos aposentados e pensionistas, a comprovação de sua conta corrente individual e do seu comprovante de residência quanto do recadastramento anual.

12.3.3 Setor responsável pela implementação das providências: Setor de Recursos Humanos – SRH

12.3.4 Providências adotadas:

- Em relação ao aposentado Matrícula 0173401, sua UPAG foi transferida da SR/DPF/AL para SR/DPF/CE, ainda em 2007, motivo pelo qual seu recadastramento não foi possível nesta unidade.
- Quanto ao demais servidores já foram adotadas as providências necessárias para atender as recomendações da CGU.

12.4 Número do Relatório : 208248

12.4.1 Item do Relatório: 4.2.1.5

12.4.2 Recomendação:

Efetuar a revisão dos percentuais de anuênio devido à servidora de matrícula SIAPE 1012531 e aos servidores aposentados de matrícula SIAPE: 0140203, 0174393, 0174394 e 0178511.

12.4.3 Setor responsável pela implementação das providências: Setor de Recursos Humanos – SRH

12.4.4 Providências adotadas:

- Em relação a servidora Matrícula SIAPE nº 1012531 o processo de devolução foi formalizado e valores reclamados devolvidos ao erário.
- Em relação ao servidor Matrícula 174394 o processo administrativo para correção das inconsistências foi formalizado e remetido ao Serviço de Aposentadorias e Pensões da Coordenação de Recursos Humanos do DPF, tendo a recomendação da CGU já sido implementada.
- Em relação ao servidores Matrículas SIAPE 0140203, 0174393 e 0178511 os processos serão solicitados ao Serviço de Aposentadorias e Pensões da Coordenação de Recursos Humanos do DPF (SEAP/CRH/DGP/DPF), para fins de realização da revisão dos percentuais de anuênios pagos e adotadas as demais providências necessárias à regularização. O prazo para implementação das providências, inicialmente estipulado para 31/MAR/2009, em face do exposto, foi prorrogado para 30/JUN/2009.

12.5 Número do Relatório : 208248

12.5.1 Item do Relatório: 4.2.1.6

12.5.2 Recomendação:

RECOMENDAÇÃO: 001 - Tendo em vista o pedido de reconsideração encaminhado à Advocacia-Geral da União-AGU por meio do Ofício n.º 132/2007-DG/DPF, pendente de

resposta, recomenda-se que seja mantido rigoroso acompanhamento das decisões sobre o assunto e controle dos montantes pagos aos servidores matrícula SIAPE 6174798, 1744377 e 174378, de forma a agilizar providências quando do novo pronunciamento da AGU.

RECOMENDAÇÃO: 002 - Atender as recomendações constantes do item 4.2.2.1 (Pagamento de abono de permanência em desacordo com as regras estabelecidas na Emenda Constitucional n.º 41) do relatório de gestão n.º189624, referente ao exercício de 2006, atentando para a determinação disposta no Acórdão TCU n.º 523/2008-1º Câmara quanto ao direito ao contraditório e à ampla defesa aos interessados, no âmbito da Unidade.

12.5.3 Setor responsável pela implementação das providências: Setor de Recursos Humanos – SRH

12.5.4 Providências adotadas:

- Considerando que a AGU, por meio da Nota nº AGU/JD-2/2008 reconheceu a possibilidade de pagamento do abono de permanência, tratado no § 19, do art. 40, da Constituição federal, aos policiais cuja aposentadoria é regida pela Lei Complementar nº 51 de 1985;
- Considerando que a Coordenação de Recursos Humanos do DPF publicou a Mensagem Oficial-Circular nº 55/2008-DGP/DPF de 22/10/2008, na qual é informada a possibilidade dos servidores policiais, que implementaram os requisitos para a aposentadoria voluntária pela LC 51/85, requererem o abono de permanência, bem como da possibilidade de continuidade dos processos sobrestados;
- O abono de permanência vem sendo pago aos servidores que preenchem os requisitos dos normativos pertinentes, conforme orientações supra.

13. Determinações e recomendações do TCU.

13.1 Número da decisão ou do Acórdão: 2494/2008 – TCU – Plenário.

13.1.1 Descrição da Decisão ou recomendação:

Item b – Julgar regulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea “a”; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, as contas dos responsáveis a seguir relacionados, e dar-lhes quitação plena:

...

| NOME | CPF |
|---------------------------------------|-------------|
| JOSÉ PAULO RUBIM RODRIGUES | 20917937015 |
| ARIVALDO MENEZES MARQUES | 49274481772 |
| JOACIR AVELINO SILVA | 13322702472 |
| JOSIVALDO ALVES DE MELO | 16381238453 |
| ANNIBAL DE HOLLANDA BEZERRA | 24087602400 |
| EDIMILSON BARBOSA DA SILVA | 11089687400 |
| JOSÉ BARBOSA BARROS | 8769559449 |
| HERLI CARLOS SOARES DO NASCIMENTO | 6812988391 |
| MARIA ALCINA GRANJEIRO COSTA | 84311010400 |
| MARILEIDE MURICY MEDEIROS | 8847088453 |
| LUCIANO HERMANES ROMEIRO DAMASCENO | 29345995404 |
| MARIA JOSÉ DE ANDRADE VIEIRA | 9982914472 |
| ROGERIO GOMES BELEZA | 3463072440 |
| ROSELI BENGHI EFROM | 63519330997 |
| MARIA DIONE CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE | 28697669120 |
| JOÃO MONTE CALHEIROS | 27492974434 |
| JOSE CONSTANTINO DE SOUZA ASSIS | 64414876400 |
| VICENTE ISAIAS DE LIMA VIEIRA | 19822278420 |

12.2.2 Setores Responsáveis pela implementação:

- Todos os setores, núcleos e delegacias.

12.2.3 Providências adotadas:

- Nenhuma providência implementada, considerando que a decisão supra nada determinou, mas, apenas, aprovou as contas dos Gestores relacionados em seu escopo.

...

13.2 Número da decisão ou do Acórdão: 2494/2008 – TCU – Plenário.

13.2.1 Descrição da Decisão ou recomendação:

1. Processo TC-007.843/2004-6 (TOMADA DE CONTAS)

1.1 Apensos: 014.720/2001-1 (DENÚNCIA)

1.2 Responsáveis: Annibal de Hollanda Bezerra (24087602400); Arivaldo Menezes Marques (49274481772); Edimilson Barbosa da Silva (11089687400); Herli Carlos Soares do Nascimento (6812988391); Joacir Avelino Silva (13322702472); José Barbosa Barros (8769559449); Jose Constantino de Souza Assis (64414876400); Josivaldo Alves de Melo (16381238453); José Paulo Rubim Rodrigues (209.179.370-15); João Monte Calheiros (27492974434); Luciano Hermanes Romeiro Damasceno (29345995404); Maria Alcina Granjeiro Costa (84311010400); Maria Dione Cavalcante de Albuquerque (28697669120); Maria José De Andrade Vieira (9982914472); Marileide Muricy Medeiros (8847088453); Rogerio Gomes

Beleza (3463072440); Roseli Benghi Efrom (63519330997); Vicente Isaias de Lima Vieira(19822278420).

1.3 Órgão/entidade: Departamento de Polícia Federal – MJ.

1.4 Unidade Técnica: 6º Secretaria de Controle externo (SECEX-6) .

1.5 Exercício: 2003.

1.6 Advogado constituído nos autos: não há.

1.7 Determinações:

1.7.1 ao departamento de Polícia Federal que:

1.7.1.1 abstenha-se de realizar empenhos irrisórios e despesas sem prévio empenho, por violarem o art. 60 da Lei nº 4.320/1964 e caracterizarem descumprimento à determinação deste Tribunal, observando que a reiteração da irregularidade poderá sujeitar os responsáveis à multa prevista no art. 58, inciso VII, da Lei nº 8.443/1992;

...

1.7.1.3 oriente as unidades integrantes do órgão para que:

1.7.1.3.1 provovam, se ainda não o fizeram, a regularização dos espaços eventualmente cedidos a terceiros, de modo a cumprir o estabelecido no § 5º do art. 18 da Lei nº 9.636/1998, observando as formalidades previstas no art. 13 do Decreto nº 3.725/2001;

1.7.1.3.2 adotem as providências de sua alçada para que sejam refeitos os laudos que fundamentam as concessões de adicionais de periculosidade ou insalubridade sempre que houver alteração da organização do trabalho e dos riscos presentes, de acordo com a orientação normativa SRH/MPOG nº 4 de 13/07/2005;

12.2.3 Setores Responsáveis pela implementação:

➤ Gabinete (itens: 1.7.1.1, 1.7.1.3.1 e 1.7.1.3.2), Setor de Administração e Logística Policial – SELOG (1.7.1.1 e 1.7.1.3.1), Núcleo de Execução Orçamentária – NEOF (1.7.1.1), Setor de Recursos Humanos (1.7.1.3.2) e Gestão de Contratos (1.7.1.3.1).

12.2.3 Providências adotadas:

➤ As recomendações acima vêm sendo observadas, e as providências necessárias para as três determinações têm sido observadas pela SR/DPF/AL.

➤ Saliente-se que acima foram expostas, apenas, às informações referentes à Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Alagoas (UG 200048), extraídas do Acórdão nº 2494/2008 – TCU – Plenário.

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.

| ATOS | QUANTIDADE | REGISTRADOS NO SISAC Quantidade |
|---------------|------------|---|
| Admissão | 02 | Os atos de admissão, desligamento, aposentadoria e pensão no DPF são registrados no SISAC e acompanhados através da CRH/DGP/DPF em Brasília haja vista o ato ser assinado pelo Diretor-Geral do órgão segundo a informação do E-MAIL Nº 075/DPPES/DP/SFC/CGU-PR de 13 de março de 2008. |
| Desligamento | 02 | |
| Aposentadoria | 04 | |
| Pensão | 00 | |

15. Dispensas de instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado.

| Motivo da dispensa ou do arquivamento ² | Nº do processo (adm. ou TCE) | Responsável | | Cargo ou função do responsável ³ | Valor do débito atualizado ⁴ até 31/12 (R\$) | Data da ocorrência ⁵ | Ocorrência (irregularidades detectadas) ⁶ | Principais medidas administrativas adotadas ⁷ |
|--|------------------------------|-------------|------|---|---|---------------------------------|--|--|
| | | CPF / CNPJ | Nome | | | | | |
| | | | | | | | extravio de | Instaurada Sindicância com |

| | | | | | | | | |
|----|--------------------|---------------------------|---------------------------|----------------|----------|-------------------------|---|---|
| 04 | 001/2008-SR/DPF/AL | Desconhecido ¹ | ----- | * ¹ | * | 16/01/2008 ² | equipamento de som de viatura apreendida | vistas a apuração do ocorrido, restando por arquivada a sindicância em razão de desconhecimento de autoria. |
| 04 | 002/2008-SR/DPF/AL | 617.225.965-20 | Cristiano Barbosa Sampaio | DPF | 3.561,32 | 18/05/2008 ³ | Apuração de acidente de trânsito envolvendo viatura da SR/DPF/AL e veículo de particular. | Sindicância em andamento, com sugestão de arquivamento pelo presidente do feito. |

* Bem não adquirido pela SR/DPF/A, não tendo sido realizada a avaliação.

1 - autoria desconhecida;
2 e 3 - data de instauração do feito.

16. Informações sobre a composição dos recursos humanos.

| Descrição | 2006 | | 2007 | | 2008 | |
|---|------------|----------------------|------------|----------------------|------------|----------------------|
| | Qtde | Despesa | Qtde | Despesa | Qtde | Despesa |
| Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade | 170 | 13.952.919,07 | 172 | 16.200.868,80 | 169 | 19.481.796,04 |
| Funcionários Contratados CLT em exercício na Unidade | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| Total Pessoal Próprio | 170 | 13.952.919,07 | 172 | 16.200.868,80 | 169 | 19.481.796,04 |

| Descrição | 2006 | | 2007 | | 2008 | |
|---|------|---------|------|---------|------|---------|
| | Qtde | Despesa | Qtde | Despesa | Qtde | Despesa |
| Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo. | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |

| Descrição | 2006 | | 2007 | | 2008 | |
|---|------|---------|------|---------|------|---------|
| | Qtde | Despesa | Qtde | Despesa | Qtde | Despesa |
| Contratações Temporárias (Lei 8.745/1993) | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |

| Descrição | 2006 | | 2007 | | 2008 | |
|--|-----------|-------------------|-----------|-------------------|-----------|-------------------|
| | Qtde | Despesa | Qtde | Despesa | Qtde | Despesa |
| Pessoal Terceirizado Vigilância/ Limpeza | 33 | 562.962,02 | 35 | 675.521,55 | 36 | 713.205,24 |
| Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| Pessoal Terc. Outras Atividades (manutenção predial) | 4 | 21.400,00 | 4 | 128.400,00 | 4 | 128.400,00 |
| Estagiários | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| Total Pessoal Terceirizado + Estagiários | 37 | 584.362,02 | 39 | 803.921,55 | 40 | 841.605,24 |

| Descrição | 2006 | | 2007 | | 2008 | |
|--|------|---------|------|---------|------|---------|
| | Qtde | Despesa | Qtde | Despesa | Qtde | Despesa |
| Pessoal Requisitado em Exercício na Unidade, com ônus. | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |

| | | | | | | |
|---|----------|-------------|----------|-------------|----------|-------------|
| Pessoal Requisitado em Exercício na Unidade, sem ônus. | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| Total Pessoal Requisitado, em Exercício na Unidade | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |

| Descrição | 2008 | |
|--|------------|----------------------|
| | Qtde | Despesa |
| Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade | 120 | 17.802.514,98 |
| Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade | 49 | 1.679.281,06 |
| Total Geral | 169 | 19.481.796,04 |

17. Outras informações consideradas relevantes para avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

- A gestão da Atividade Policial e Administrativa vem sendo prejudicada pelo baixo efetivo de pessoal da SR/DPF/AL. Conforme demonstrado no item 16 *retro*, a unidade só dispõe de 169 servidores, entre policiais e administrativo, para atuar conforme sua competência em sua circunscrição, além do fato de ter de atender as outras unidades, com no mínimo 08% (oito por cento) de seu pessoal, visando apoiar as grandes operações do Departamento.

18. Conteúdos específicos por UG ou grupo de unidades afins.

(NÃO APLICÁVEL À UNIDADE JURISDICIONADA)

JOSÉ PINTO DE LUNA
Delegado de Polícia Federal
Classe Especial – Mat.: 7.170
Superintendente Regional

ANEXO I - Declaração do Contador responsável pela UJ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964 - relativos ao exercício financeiro de 2008 refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras 200358 e 200359 – Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal de Alagoas.

Este documento foi emitido em consonância com a mensagem SIAFI 2009/0179299 e as Decisões Normativas TCU n.º 93/2008 e 94/2008.

Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:

- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;
- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI;
- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI; e
- a Setorial de Contabilidade do Departamento de Polícia Federal, considerando o citado nos itens anteriores, registrou no SIAFI no encerramento do exercício de 2008 Conformidade Contábil sem restrição das Unidades Gestoras 200358 e 200359.

Brasília, 20 de março de 2009.


GLADSTON GUIMARÃES NAVES
Contador – CRC/DF n.º 012534/O-8

ANEXO II – Demonstrativo de despesas de natureza sigilosa

**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
NIP/SR/DPF/IAL
SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDIDOS
EXERCÍCIO 2008**

UNIDADE GESTORA Nº 200048

| NOME DO SUPRIDO | CONCESSÃO | | | VALOR NE (R\$) | PRAZOS DE APLICAÇÃO | DATA APRESENTAÇÃO | COMPROVAÇÃO | | VALOR DESPESA |
|------------------------------|--------------------------|--------------|----------------------------|--------------------|------------------------|----------------------|---------------|--|------------------|
| | Nº PROCESSO CONCESSÃO | NE | Nº PROCESSO COMPROVAÇÃO | | | | | | |
| LEANDRO DE MATOS DA SILVA | 08230.000022/2008-33 | 2008NE900007 | R\$ 4.000,00 | 22/01a 20/04/2008 | 5/5/2008 | SF Nº 001/2008 | R\$ 2.995,54 | | |
| LEANDRO DE MATOS DA SILVA | 08230.000022/2008-33 | 2008NE900008 | R\$ 6.000,00 | 22/01a 20/04/2008 | 5/5/2008 | SF Nº 001/2008 | R\$ 4.362,39 | | |
| LEANDRO DE MATOS DA SILVA | 08230.000022/2008-33 | 2008NE900013 | R\$ 4.000,00 | 22/01a 20/04/2008 | 5/5/2008 | SF Nº 001/2008 | R\$ 3.835,56 | | |
| JOAO MARCELO SOUZA DE BRITO | 08230.002896/2008-25 | 2008NE900014 | R\$ 10.000,00 | 13/03 a 10/06/2008 | 7/5/2008 | SF Nº 009/2008 | R\$ 10.000,00 | | |
| JOAO MARCELO SOUZA DE BRITO | 08230.002896/2008-25 | 2008NE900015 | R\$ 10.000,00 | 13/03 a 10/06/2008 | 7/5/2008 | SF Nº 009/2008 | R\$ 3.790,00 | | |
| JOAO MARCELO SOUZA DE BRITO | 08230.002896/2008-25 | 2008NE900016 | R\$ 7.000,00 | 13/03 a 10/06/2008 | 7/5/2008 | SF Nº 009/2008 | R\$ 6.991,92 | | |
| JULIO SERGIO DA COSTA | 08230.011995/2008-06 | 2008NE900028 | R\$ 6.000,00 | 16/07 a 13/10/2008 | 22/10/2008 | SF Nº 011/2008 | R\$ 1.183,70 | | |
| JULIO SERGIO DA COSTA | 08230.011995/2008-06 | 2008NE900029 | R\$ 6.000,00 | 16/07 a 13/10/2008 | 22/10/2008 | SF Nº 011/2008 | R\$ 2.250,00 | | |
| JULIO SERGIO DA COSTA | 08230.011995/2008-06 | 2008NE900030 | R\$ 4.000,00 | 16/07 a 13/10/2008 | 22/10/2008 | SF Nº 011/2008 | R\$ 290,00 | | |
| TOME CARLOS DE V. CAVALCANTE | 08230.012397/2008-46 | 2008NE900049 | R\$ 2.000,00 | 04/11 a 03/12/2008 | 13/12/2008 | SF Nº 018/2008 | R\$ 30,00 | | |
| TOME CARLOS DE V. CAVALCANTE | 08230.012397/2008-46 | 2008NE900050 | R\$ 2.000,00 | 04/11 a 03/12/2008 | 13/12/2008 | SF Nº 018/2008 | R\$ 440,00 | | |
| TOME CARLOS DE V. CAVALCANTE | 08230.012397/2008-46 | 2008NE900051 | R\$ 2.000,00 | 04/11 a 03/12/2008 | 13/12/2008 | SF Nº 018/2008 | R\$ 108,00 | | |


João Bosco Volguereiro (Ct)
 Agente de Polícia Federal
 Matrícula 204

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
NIP/SR/DPF/AL
 DEMONSTRATIVO DA RECEITA EMPENHADA E REALIZADA
 EXERCÍCIO 2008

UNIDADE GESTORA: 200048

| UNIDADE ORÇAMENTÁRIA | PROGRAMA DE TRABALHO | NATUREZA DA DESPESA | DESPESA | | |
|----------------------|----------------------|---------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | | | EMPENHADA | REALIZADA | ANULADA |
| 30909 | .06183066227200001 | 3390.30 | R\$ 4.000,00 | R\$ 2.995,54 | R\$ 1.004,46 |
| 30909 | .06183066227200001 | 3390.36 | R\$ 6.000,00 | R\$ 4.362,39 | R\$ 1.637,61 |
| 30909 | .06183066227200001 | 3390.39 | R\$ 4.000,00 | R\$ 3.835,56 | R\$ 164,44 |
| SOMA | | | R\$ 14.000,00 | R\$ 11.193,49 | R\$ 2.806,51 |
| 30909 | .06183066227200001 | 3390.30 | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.000,00 | 0,00 |
| 30909 | .06183066227200001 | 3390.36 | R\$ 10.000,00 | R\$ 3.790,00 | R\$ 6.210,00 |
| 30909 | .06183066227200001 | 3390.39 | R\$ 7.000,00 | R\$ 6.991,92 | R\$ 8,08 |
| SOMA | | | R\$ 27.000,00 | R\$ 20.781,92 | R\$ 6.218,08 |
| 30909 | .06183066227200001 | 3390.30 | R\$ 6.000,00 | R\$ 1.183,70 | R\$ 4.816,30 |
| 30909 | .06183066227200001 | 3390.36 | R\$ 6.000,00 | R\$ 2.250,00 | R\$ 3.750,00 |
| 30909 | .06183066227200001 | 3390.39 | R\$ 4.000,00 | R\$ 290,00 | R\$ 3.710,00 |
| SOMA | | | R\$ 16.000,00 | R\$ 3.723,70 | R\$ 12.276,30 |
| 30909 | .06183066227200001 | 3390.30 | R\$ 2.000,00 | R\$ 30,00 | R\$ 1.970,00 |
| 30909 | .06183066227200001 | 3390.36 | R\$ 2.000,00 | R\$ 440,00 | R\$ 1.560,00 |
| 30909 | .06183066227200001 | 3390.39 | R\$ 2.000,00 | R\$ 108,00 | R\$ 1.892,00 |
| SOMA | | | R\$ 6.000,00 | R\$ 578,00 | R\$ 5.422,00 |
| TOTAL | | | R\$ 63.000,00 | R\$ 36.277,11 | R\$ 26.722,89 |


 João Bosco Valgueiro Costa
 Agente de Polícia Federal
 Matrícula 204

**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
NIP/SR/DPP/IAL**

SUPRIMENTO DE FUNDOS CONCEDIDOS NO EXERCÍCIO DE 2008

UNIDADE GESTORA: 200048

| AGENTE RESPONSÁVEL | DÉBITO | VALOR APLICADO | CRÉDITO | | TOTAL | SALDO PENDENTE |
|---------------------------------------|---------------|----------------|-----------------|-----------------|---------------|----------------|
| | | | SALDO RECOLHIDO | SALDO RECOLHIDO | | |
| LEANDRO DE MATOS DA SILVA | R\$ 14.000,00 | R\$ 11.193,49 | R\$ 2.806,51 | | R\$ 14.000,00 | 0,00 |
| JOÃO MARCELO SOUZA DE BRITO | R\$ 27.000,00 | R\$ 20.781,92 | R\$ 6.218,08 | | R\$ 27.000,00 | 0,00 |
| JULIO SERGIO DA COSTA | R\$ 16.000,00 | R\$ 3.723,70 | R\$ 12.276,30 | | R\$ 16.000,00 | 0,00 |
| TOMÉ CARLOS DE VASCONCELOS CAVALCANTE | R\$ 6.000,00 | R\$ 578,00 | R\$ 5.422,00 | | R\$ 6.000,00 | 0,00 |


 Pedro Valmirino Costa
 Agente de P. S.
 Matrícula: 2

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
NIP/SR/DPF/AL
BALANCETE CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO DE 2008

UNIDADE GESTORA: 200048

| EMPENHO | VALOR RECEBIDO | LETRA "A" | LETRA "B" | LETRA "C" | LETRA "D" | LETRA "E" | LETRA "F" | Valor Aplicado | Valor Recolhido |
|--------------|----------------|--------------|--------------|-----------|---------------|-----------|-----------|----------------|-----------------|
| 2008NE900007 | R\$ 4.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | R\$ 2.995,54 | 0,00 | 0,00 | R\$ 2.995,54 | R\$ 1.004,46 |
| 2008NE900008 | R\$ 6.000,00 | R\$ 4.362,39 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | R\$ 4.362,39 | R\$ 1.637,61 |
| 2008NE900013 | R\$ 4.000,00 | 0,00 | R\$ 3.835,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | R\$ 3.835,56 | R\$ 164,44 |
| 2008NE900014 | R\$ 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | R\$ 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | R\$ 10.000,00 | 0,00 |
| 2008NE900015 | R\$ 10.000,00 | R\$ 3.790,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | R\$ 3.790,00 | R\$ 6.210,00 |
| 2008NE900016 | R\$ 7.000,00 | 0,00 | R\$ 6.991,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | R\$ 6.991,92 | R\$ 8,08 |
| 2008NE900028 | R\$ 6.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | R\$ 1.183,70 | 0,00 | 0,00 | R\$ 1.183,70 | R\$ 4.816,30 |
| 2008NE900029 | R\$ 6.000,00 | R\$ 2.250,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | R\$ 2.250,00 | R\$ 3.750,00 |
| 2008NE900030 | R\$ 4.000,00 | 0,00 | R\$ 290,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | R\$ 290,00 | R\$ 3.710,00 |
| 2008NE900048 | R\$ 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | R\$ 30,00 | 0,00 | 0,00 | R\$ 30,00 | R\$ 1.970,00 |
| 2008NE900050 | R\$ 2.000,00 | R\$ 440,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | R\$ 440,00 | R\$ 1.560,00 |
| 2008NE900051 | R\$ 2.000,00 | 0,00 | R\$ 108,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | R\$ 108,00 | R\$ 1.892,00 |


João Bosco Valgueiro Costa
 Agente de Polícia Federal
 Matrícula 204